



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 4ª Sessão Ordinária;
- Ata da 5ª Sessão Ordinária;
- Ata da 6ª Sessão Ordinária;
- Ata da 7ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 1ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem não é para o Deputado Wasny de Roure, mas é com relação ao funcionamento efetivo da Câmara Legislativa.

Na quinta-feira passada, nós ficamos aqui até as 18h, e os Deputados estavam debatendo. Às 18h, quando seriam os Comunicados de Parlamentares, todo mundo que tinha falado tinha ido embora, e nós que estávamos aqui, eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras, tentamos falar e não conseguimos. Então, eu peço a V.Exa. que seja cumprido o Regimento e que cada Parlamentar fale pelo tempo a que tem direito. Quero dizer também que o aparte faz parte do tempo regimental do Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui inicialmente cumprimentar os professores concursados que aguardam convocação. Muitos deles têm contrato temporário inclusive, alguns residem em outras cidades e já abriram mão do seu trabalho original, na expectativa de integrar a rede pública de educação. É importante que a Mesa informe a eles as decisões que esta Casa vai tomar no sentido de fortalecer a incorporação deles no quadro do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu quero reforçar as palavras do Deputado Chico Vigilante, até porque fui Presidente desta Casa e conheci como a coisa ocorre aqui dentro. Quem fala não tem o compromisso de continuar na Casa. Então, o que o Deputado Chico Vigilante falou é absolutamente verdade, quem fala tem a responsabilidade de ouvir o seu colega, que o ouviu anteriormente, para assim podermos então ter respeito às colocações que são feitas aqui no plenário. Não é apenas aquilo que o Deputado traz que é importante, aquilo que os colegas trazem também é extremamente importante.

Sr. Presidente, vários assuntos serão tratados aqui nesta tarde, mas eu quero começar fazendo um debate na Câmara sobre a questão do fundo de saúde. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

fundo de saúde no Distrito Federal, para se ter ideia, neste ano, é da ordem de 6 bilhões e 215 milhões de reais. Não é uma rubrica pequena, é uma rubrica extremamente significativa na composição do Orçamento do Distrito Federal. As fontes de recursos próprios do Distrito Federal, principalmente impostos e taxas, correspondem à maior parte do financiamento da saúde pública local, 44%; seguidas das transferências constitucionais, como também do Fundo Nacional de Saúde, 11%, que vêm direto do Ministério da Saúde para o Distrito Federal. Existe todo um descritivo de obrigatoriedade constitucional imposto pelo Congresso Nacional na questão do Fundo Nacional de Saúde. O Distrito Federal recebe um montante considerável na composição desses 6 bilhões e 200 milhões de reais,

Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. é Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa. Vejam bem os colegas: esses recursos destinam-se sobretudo à atenção básica, à atenção média, à alta complexidade, à vigilância em saúde, à assistência farmacêutica e à gestão do SUS. É extremamente estarrecedor nós hoje assistirmos à gravidade em que a saúde se encontra no Distrito Federal. E foi absolutamente emblemático o cenário a que a cidade assistiu na posse dos novos servidores no âmbito da Secretaria da Saúde. O Dr. Arlécio, que inclusive é médico, sabe muito bem desse cenário. Foi uma convocação de mais de 1400 servidores e, na posse dos novos nomeados, o Governador e o Secretário foram vaiados por causa da absoluta falta de compromisso com a saúde no Distrito Federal.

Quero chamar a atenção dos colegas porque a situação em Brasília se tornou tão cômica, Deputado Chico Leite, que hoje recebi a ligação de um jornalista que gostaria que nós interpretássemos o episódio ocorrido em uma borracharia na cidade de Brazlândia. É um acaso gritante e agressivo o quadro que a população está vivendo, essa perplexidade que é o agravamento da dengue no Distrito Federal e, conseqüentemente, a proliferação do zyka vírus e outros riscos na saúde pública.

Sr. Líder do Governo, que preside esta sessão, Deputado Julio Cesar, para V.Exa. ter uma ideia, o fundo de saúde transferido, que não foi usado no ano passado, e os novos recursos encaminhados pelo Governo Federal, remontam já ao total de 550 milhões de reais. Ora, a população que vive esse cenário de crise, de falta de amparo e de apoio no atendimento emergencial, assiste à perplexidade de haver 550 milhões de reais disponíveis ao Governo do Distrito Federal, particularmente à Secretária de Saúde.

Por isso, quero solicitar aos colegas, principalmente ao Presidente da nossa Comissão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que façamos visitas às unidades de saúde no DF. E que possamos, de antemão, convidar o Ministério da Saúde, juntamente com a Secretaria de Saúde, para acompanhar...

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Wasny de Roure, dentro do pedido que V.Exa. fez juntamente com o Deputado Chico Vigilante, o tempo já se excedeu. Peço que V.Exa. encerre seu discurso para nos adequarmos àquilo que tanto V.Exa. quanto o Deputado Chico Vigilante...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Mas eu tenho direito a cinco minutos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Mas já acabou o tempo, Deputado Wasny de Roure, eu acabei de renovar o seu tempo...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então me desculpe, Sr. Presidente. Quando eu fui Presidente da Câmara Legislativa, fui bastante exigente com relação ao tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Isso é só para colaborar com o que V.Exa. e o Deputado Chico Vigilante pediram.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não. V.Exa. tem que cumprir o Regimento. Só que, assim como tem que cobrar de mim, tem que cobrar de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu renovei o tempo de V.Exa. por mais cinco minutos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu já vou encerrar, Sr. Presidente, porque, se existem regras, elas têm de ser cumpridas. Infelizmente a Casa não vinha valorizando isso. Não é só nessa atual gestão, também aconteceu nas anteriores. Sei o que padeci à frente dessa mesa. Mas, de repente, passou a ser uma regra a ser lembrada. Tudo bem, vamos nos adaptar àquilo que é regra para todos.

Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que o que estamos vivendo no Distrito Federal não pode ficar circunscrito à Secretaria de Saúde, à comissão que trata da saúde e a esta Casa. Temos de fazer uma ampla mobilização na sociedade civil para que imponha ao Governo do Distrito Federal uma realidade que precisa de respostas concretas. Essa, Sr. Presidente, não é uma tarefa de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Saúde; é dos próprios profissionais contratados que compõem a rede pública de saúde a responsabilidade de presença e execução no lugar de termos muitas vezes justificativas de ausência fajutas. Sei que muitas justificativas têm procedência, mas também há muita enganação das pessoas que deixam de atender na rede pública para atender nos seus consultórios.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, pegando um gancho no discurso do nobre Deputado Wasny de Roure, quero salientar que esse tema é de tamanha importância, e não poderia ser diferente, dada a repercussão dos problemas gerados por conta do *Aedes aegypti* e de toda essa problemática que o Deputado Wasny de Roure – que é um dos nossos professores aqui na área de economia – colocou com muita propriedade. Quero salientar – e já convidar os colegas da Casa – que no próximo dia 25 haverá uma comissão geral justamente para discutir um pedaço



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

desse discurso que V.Exa. colocou, Deputado Wasny de Roure, que é a questão do *Aedes aegypti*.

Sr. Presidente, eu ocupo a tribuna nesta tarde para falar de um tema que, para mim, é caro. É um tema extremamente importante para o Distrito Federal e que, não só por parte do nosso mandato, mas de tantos outros desta Casa, também tomou uma proporção muito grande.

Eu, junto com diversos Deputados da outra legislatura e com diversos Deputados novos desta legislatura que têm compromisso com a educação do Distrito Federal, estamos surpreendidos – eu, em especial – por conta de um decreto do Governo do Distrito Federal que saiu na última quarta-feira no Diário Oficial, por meio do qual ele cria um grupo de trabalho para subsidiar a implantação da Universidade Regional de Brasília e Entorno e dá outras providências, conforme ementa do decreto.

Ora, de onde vem a surpresa quando se fala em criar um grupo de trabalho para subsidiar essa implantação? A surpresa vem junto com um tremendo aborrecimento, com uma frustração, porque nós já temos na estrutura do Governo do Distrito Federal uma fundação com essa responsabilidade, caros Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Leite. Diversos Deputados trabalharam firmemente para que, em 2013, Deputado Chico Vigilante, fosse aprovada uma lei que novamente dava força, reestruturava a Fundação Universidade Aberta de Brasília – FUNAB.

Esse órgão do Governo do Distrito Federal, sancionado pela Lei nº 5.141, de 2013, é o responsável por todo o estudo e a política para a implantação de uma universidade do Distrito Federal, que, diga-se de passagem, faço questão de repetir, tem uma das piores médias entre as vagas de ensino público superior e as vagas de ensino público privado. Uma das unidades da Federação com maior renda *per capita*, com um dos maiores PIBs do Brasil, não privilegia o ensino público superior. É, se não me engano, a segunda pior relação do Brasil.

Então a Funab vem com esse espectro de implantação, vem atendendo também a um preceito que está na Lei Orgânica do Distrito Federal, porque, desde a promulgação dessa lei, ela vem no seu bojo com essa determinação, essa diretriz de que o Governo do Distrito Federal implantará a Universidade Pública do Distrito Federal.

Pois bem, a Funab foi construída a várias mãos, acima de questões partidárias. Diversos Deputados desta Casa já estiveram à frente desse debate, dessa bandeira da Universidade Pública do Distrito Federal. Lançamos aqui, se não me engano, com a assinatura de 21 Deputados, a criação da Frente Parlamentar da Universidade Pública do Distrito Federal. Fizemos o lançamento, inclusive com a presença de diversos membros do Governo do Distrito Federal e do Ministério da Educação, para debater o tema e para que houvesse uma apresentação sobre em que pé estava esse trabalho. Recebemos a presença do Diretor Executivo da Funab. Os Deputados Prof. Israel, Chico Leite, Wasny de Roure, Prof. Reginaldo Veras,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

estiveram conosco. Perdoem-me se eu estiver esquecendo alguém, todos foram a esse lançamento da frente. A Funab já tinha um projeto para a implantação da Universidade do Distrito Federal. E nós vemos agora um decreto que simplesmente deixa isso de lado, porque cria um grupo de trabalho, Deputado Ricardo Vale, com diversas outras instituições, em que a Funab é parte, e, inclusive, subordinada a uma secretaria a qual ela nem é vinculada. A Funab é vinculada à Secretaria de Educação e o grupo de trabalho está vinculado à ciência e tecnologia. Ou seja, mostra um total desrespeito com o trabalho que esta Câmara Legislativa fez, com o convencimento feito do governo anterior. Volto a dizer, com várias mãos. O Willemann trabalhou também na confecção dessa lei para que se viabilizasse a Universidade do Distrito Federal. E hoje somos surpreendidos com esse decreto.

A nossa postura não poderia ser diferente. Está passando aí entre os colegas um projeto de decreto legislativo que visa justamente sustar os efeitos desse grupo de trabalho. Nós não temos o entendimento ainda, vamos conversar entre os Deputados para ver qual será a postura. Eu entendo, Deputado Wasny de Roure, que o PDL contempla plenamente a sustação desses efeitos; visto que um decreto, pela hierarquia das leis – nobre juriconsulto Deputado Chico Leite –, nunca pode estar acima de uma lei. Um decreto no mundo jurídico nunca pode inovar.

Portanto, estamos apresentando esse projeto, construído também por várias mãos, para que seja feito isso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Cláudio Abrantes, até mesmo para respeitar o pedido do Deputado Chico Vigilante, que hoje pediu que todos seguissemos o Regimento Interno, também pelo horário, mas mesmo assim vou abrir para o aparte porque foi um pedido. Hoje, foi feito um pedido para que nós que estamos presidindo seguissemos o Regimento Interno. Então, peço a colaboração de todos os Deputados.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, nós aprovamos nesta Casa uma emenda à Lei Orgânica que estabelece o percentual de 3% para o Ensino Superior no Distrito Federal.

Eu até compreendo, Deputado Cláudio Abrantes, que o governo no ano subsequente teria dificuldade em se ajustar, porque matéria orçamentária é uma matéria muito complexa, e que, portanto, deveria ser dialogada uma incorporação gradativa dessa medida para efeito programático. Mas o governo simplesmente começou a pegar gastos de diferentes naturezas, tipo serviço de limpeza ou compra de um equipamento para um hospital, com esse tipo de recurso, só para justificar.

Eu creio que somos adultos, e temos a lucidez da dificuldade que o Estado vive, mas temos a responsabilidade com gerações futuras. O governo não precisa ter conduta enganosa, basta fazer o debate transparente, correto, convocando a sociedade. É preciso estabelecer um programa ou um calendário de adequação disso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

para que a cidade não se sinta pior. A exemplo do que está cometendo esse crime com aquilo que já estava pronto, retomando um outro grupo, com outras variáveis. E pior, e pior, descumprindo uma lei sancionada por ele que foi o Plano Distrital de Educação. É somente uma questão de abrir e ler. O que mostra a gravidade, inclusive, de quem prepara um decreto desse, e que não conhece nem aquilo que é votado aqui.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao nosso pronunciamento. V.Exa., além de tudo, nos traz esses dados que só confirmam a necessidade desse decreto sustando os efeitos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, agradeço V.Exa. e o Deputado Julio Cesar.

O tema é pertinente. É um tema que todos trabalhamos sob a liderança de V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, nos últimos quatro anos. Todos na cidade reconhecem esse protagonismo de V.Exa. Eu lamento profundamente a incompreensão política do governo ao tratar dessa maneira tão atabalhoada um tema de tanta importância e que, em realidade, acolhe a proposta de todos. V.Exa. liderou a batalha, mas todos fomos soldados de V.Exa. nessa batalha durante os últimos quatro anos, irmanados com o governo, com os mais variados partidos, com a oposição –, à época, a Deputada Celina Leão, que não está presente, também contribuiu.

De maneira que eu lamento que o governo atue com essa falta de amadurecimento político, permitam-me dizer isso. Não há outro remédio para a incompreensão se não uma ação do Legislativo que esteja na conformidade do Regimento. Nessa hipótese – eu pedi até para a nossa assessoria fazer um exame mais acurado –, parece-me que cabe mesmo um decreto sustador, porque o decreto do Governador, o ato administrativo do Governador ultrapassa e muito o âmbito de sua competência, na forma da lei que já existe.

Eu só lamento... É a terceira vez que utilizo essa expressão. Em realidade, peço aqui a compreensão do Deputado Julio Cesar, dos Líderes da Casa, todos podíamos ter uma conversa com o governo para que ele compreenda. Não é possível! Será que mais uma vez se fará de uma causa de todo o Distrito Federal um mero ringue de embates pequenos de relação de poder? Não é possível! Eu lamento e quero irmanar-me com V.Exa. nessa luta.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite e o incorporo ao nosso pronunciamento. Isso só dá mais tranquilidade para essa peça jurídica.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento. Realmente já virou praxe. Às vezes, quando se é parlamentar, você questiona, bate no Executivo, e depois que você vira Executivo, parece que os procedimentos são esquecidos. Não é o caso específico do nosso Governador.

Eu acho que as apropriações de projetos inteligentes, como foi esse seu, Deputado Cláudio Abrantes, geralmente, quando ele se sobressai, agrega algumas pessoas que gostariam... Uns porque querem colaborar com o aperfeiçoamento, com o estabelecimento de roteiro para implantação; e outros agregados que são oportunistas mesmos. É aquela história: quando o menino é bonitinho todo mundo quer ser pai, não é diferente.

O Governador Rodrigo Rollemberg é um Governador revestido de boas intenções, e ele tem uma admiração especial por V.Exa., ele sempre disse isso. Acho que um grupo de trabalho constituído por um governo chega a ser uma prerrogativa, porque qualquer chefe pode criar grupo de trabalho para estabelecer ou diretrizes para uma regulamentação, ou um roteiro para implantação. Mas é natural e obrigatório que se chame a pessoa que concebeu a ideia, no caso, V.Exa., e dizer: "Cláudio, a gente está querendo esmiuçar isso aqui, dar um norte para isso aqui, você, que foi o idealizador, pode vir junto com a equipe do Executivo que vai operar isso, colocar, dar ideia nesse roteiro?". Isso é normal.

O que nos surpreende é que... Às vezes, quando se é muito demandado, como é o caso do Governador, que está assoberbado de todo tipo de demanda, de todas as políticas públicas que confluem para uma solução sua, um sujeito chega com a minuta de um grupo de trabalho desses, e o Governador acha que está revestido de boas intenções e não chega a indagar: "Sim, mas isso é uma lei de autoria de um Deputado, que inclusive é um deputado da base que eu respeito e admiro. Então, chame o Deputado para conversar antes de colocar isso no papel". Eu acho que o que faltou foi isso, está certo?

A ideia é boa, precisa estabelecer procedimentos de implantação, apenas criam-se esses ruídos de informação por falta de habilidade. Habilidade de equipe, que poderia ter chamado V.Exa. e V.Exa. estaria satisfeito, ia estabelecer os procedimentos, ia transmitir para esse grupo de trabalho a ideia que tem, sem necessariamente se sentir ofendido pelo fato de se tentar estabelecer a regulamentação de uma ideia, uma lei que nasceu aqui, de autoria de V.Exa.

Então, eu faço um apelo ao Líder do Governo, o Deputado Julio Cesar, que tem telefone direto com o governo, a exemplo do que o Deputado Chico Vigilante tinha, o telefone vermelho, que fala com o Governador diretamente. Todos nós conhecemos o Governador Rodrigo Rollemberg e sabemos que ele está interessado em resolver os problemas do Distrito Federal. A ideia dessa universidade, do Deputado Cláudio Abrantes, é brilhante. Apenas vamos dar a César o que é de César.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputado Agaciel Maia, agradeço o aparte de V.Exa., sempre ponderado e equilibrado. Agradeço muito, inclusive quando V.Exa. diz ser de minha autoria o projeto de lei. Em que pese termos trabalhado junto com diversos Deputados, como eu disse, o projeto é de autoria do próprio Executivo e se tornou lei, assim como a Lei nº 5.141, que cria a FUNAB – Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Julio Cesar, que está presidindo a sessão. Concedendo um aparte a S.Exa., fico tranquilo quanto à questão do tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Vou falar rapidamente. Se V.Exa. permite, vou fazer meu aparte porque acho que tenho direito de falar, ainda mais presidindo a sessão. Acho que este direito é prerrogativa minha, Deputado Chico Vigilante.

Nobre Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. está de parabéns pelo projeto aprovado na outra legislatura, e eu vejo da mesma forma que o Deputado Agaciel Maia. Na verdade, eu vejo que o governo está querendo implementar a referida universidade regional que V.Exa., na gestão passada, brilhantemente fez com que fosse aprovada nesta Casa. Também acho que não deveria ter sido feita como foi. V.Exa. tem que participar. Eu já liguei para o Governador, que pediu apenas alguns minutos para tomar a decisão. Eu peço que, até o final desta sessão, tenhamos a atitude de sustar ou não o decreto, até porque V.Exa. é da base e merece todo o respeito, carinho e consideração.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Eu agradeço ao Deputado Julio Cesar o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento, lembrando que nosso trabalho é voltado ao plano geral. Como base ou não, aqui sempre teremos uma postura crítica ao que for errado e, lógico, estaremos ao lado daquilo que for para o bem de Brasília.

O Deputado Roosevelt Vilela pediu um aparte, não é prerrogativa minha. Depois do aparte do Deputado Roosevelt Vilela, vou encerrar meu pronunciamento.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu o parabenizo pelo pronunciamento. Como não poderia ser diferente, o Deputado Agaciel Maia trouxe a sua experiência e a sua sabedoria. Quero corroborar o que disse o Deputado Agaciel Maia. Eu acho que foi uma falta de sensibilidade, mas em nenhum momento, através do decreto, o intuito foi tirar o mérito ou modificar ideias brilhantes, que satisfazem os anseios da comunidade.

O Deputado Julio Cesar disse que daqui a pouco vai ter uma resposta. Não tenho dúvida de que a resposta será no sentido de respeitar o trabalho de V.Exa. Mas eu corroboro que o governo tem que ter um pouco mais de sensibilidade e trabalhar mais ombreado com os Parlamentares, no sentido de que esta Casa é a voz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

do povo. Para que não tenhamos 3 milhões de habitantes na frente do Buriti, nós temos 24 Deputados. Então, em cada projeto do Executivo, eu acho interessante ouvir aqueles Parlamentares que de alguma forma têm relação com a temática.

Deputado Cláudio Abrantes, mais uma vez eu o parabeno pelo levantamento dessa temática, que é muito importante.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Deputado Roosevelt Vilela. Agradeço a solidariedade dos Deputados.

Esclareço que neste ponto não tenho vaidade nenhuma, Deputada Luzia de Paula. Nosso objetivo é que essa universidade seja implantada. A Funab, diga-se de passagem, tem um projeto pronto, para que num curto espaço de tempo haja inclusive vestibular, Deputado Prof. Israel. V.Exa. também acompanha esta pauta. Num curto espaço de tempo o Distrito Federal tem, sim, condições de ter um vestibular da sua própria universidade. Mas, com a criação desse grupo de trabalho, volta-se à estaca zero em outro projeto. Isso infelizmente atrapalha. Que essa postura seja corrigida, não em relação ao Deputado Cláudio Abrantes, mas em relação a uma lei sancionada, implantada principalmente para a sociedade, como diz o Deputado Wasny de Roure.

Agradeço muito a paciência de todos, especialmente a do nosso Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada o Tribunal de Contas acolheu uma representação sobre o concurso do Procon. É muito interessante observar a decisão do Tribunal de Contas, que se reveste de uma particularidade muito grande. O governo não está convocando os concursados. O edital previa a convocação de 200 pessoas. O governo chamou apenas 176. Desses, apenas 100 estão trabalhando, porque algumas nomeações foram tornadas sem efeito. O Tribunal de Contas suspendeu o encerramento da validade do concurso público, previsto para o mês de março.

Esse é um fato inédito. Os servidores concursados, mesmo aqueles que não estão entre os duzentos primeiros classificados, podem se resguardar juridicamente para pleitear a nomeação, tão logo na Lei de Responsabilidade Fiscal o nível prudencial seja superado. Conseqüentemente, o governo voltará a convocar, inclusive aquilo que foi previsto no edital do concurso público.

Muito obrigado.

DEPUTADO REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou complementar o que disse o Deputado Wasny de Roure. Tenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

certeza de que falo em meu nome, em nome do Deputado Chico Leite e do Deputado Raimundo Ribeiro, que também não podemos esquecer. Todos nós estivemos com a diretoria do Procon, com o Chefe da Casa Civil e com as outras secretarias envolvidas para tentar sanar esse problema, até porque não há concurso para o Procon há muito tempo, há uma carência gigantesca de profissionais. Nós saímos angustiados, porque é um direito. Todos se esforçaram para passar, mas a LRF estava amarrando.

Então, falo em meu nome, em nome do Deputado Raimundo Ribeiro e do Deputado Chico Leite. Todos nós estávamos empenhados nessa luta. Nossos parabéns ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, que teve a sensibilidade de entender que neste momento poderíamos encontrar brechas na lei e prorrogar o concurso, para que essas pessoas não ficassem prejudicadas. É assim que se faz justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Bispo Renato Andrade, como Líder da Minoria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, Deputados, servidores da Casa, meus amigos do cadastro de reserva, os professores, pessoal da Defensoria Pública, sejam bem-vindos. Manifesto meu apoio a vocês. Espero que o Governador se sensibilize com aquilo que é direito garantido de vocês e rapidamente corrija esses erros.

Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar minha fala alertando esta Casa para mais um ato arbitrário, ilegal, que este governo propõe contra a população do Distrito Federal: a publicação de um decreto que reduz do direito de crédito ao contribuinte do Nota Legal.

Mal se inicia o segundo ano do seu mandato, e o Governador já dá mostras de que sua ânsia arrecadatória é ilimitada. Em vez de cortar os gastos excessivos do Poder Executivo, enxugar a pesadíssima máquina pública, o Governador, novamente agindo em detrimento dos interesses da população, edita ato normativo que pretende, de maneira arbitrária, ilegal e inconstitucional, reduzir os já reduzidíssimos créditos distribuídos aos beneficiários do Programa Nota Legal.

De acordo com o *caput* do art. 3º, da Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que instituiu o Programa: "O beneficiário do programa, adquirente ou tomador, fará jus ao valor de até 30% do ICMS ou do ISS efetivamente recolhido pelo estabelecimento fornecedor ou prestador".

Interpretando o dispositivo retrocitado, fica claro que o cidadão cadastrado no Programa Nota Legal pode receber até 30% do ICMS ou do ISS devidamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

recolhido pelo estabelecimento fornecedor ou prestador. Logicamente, o termo “até” foi inserido em função do fato de que nem todo estabelecimento recolhe a título de ICMS e ISS serve de base de cálculo para a distribuição de créditos. Não entro em detalhe sobre isso.

O que deve ficar claro é que, por força de lei, os beneficiários do programa têm o direito público subjetivo ao creditamento de até 30% do que o estabelecimento arrecadar a título de ICMS ou ISS. Como esse direito decorre de lei, apenas outra lei pode alterá-lo, sobretudo se se pretende restringi-lo.

Entretanto, como já disse, de modo arbitrário, autoritário, inconstitucional, o Governador editou recentemente o já mencionado Decreto nº 37.095, de 2 de fevereiro de 2016, que reduz de até 30% para 20% do ICMS ou ISS recolhido o valor máximo que pode ser creditado aos beneficiários do Programa Nota Legal, ou seja, com a redação retrocitada no decreto, haverá uma redução nos já reduzidíssimos créditos do Nota Legal.

Aplicando o limite desse decreto ao exemplo que delineei anteriormente, os beneficiários do programa não fariam mais jus a 30% ou 25% do ICMS ou do ISS efetivamente recolhido pelo estabelecimento fornecedor ou prestador. De acordo com o decreto, o limite máximo de crédito será reduzido para 20% efetivamente recolhido pelo estabelecimento, o que configura um verdadeiro descalabro, especialmente se considerarmos o equivocado meio jurídico, decreto, empregado para tamanha agressão aos direitos dos beneficiários do Programa Nota Legal.

Diante desse fato lamentável, protocolei um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do Decreto nº 37.095. Não restam dúvidas, a meu ver, de que o decreto citado, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 3 de fevereiro deste ano, deve ser sustado pela Câmara Legislativa, porque vai de encontro frontal e direto ao que dispõe a Lei nº 4.159, de 2008.

Portanto, como o presente projeto de decreto legislativo que eu apresentei é constitucional, legal, regimental e possui aquilo que dever ser atentado à norma jurídica legal, a conveniência do projeto de decreto legislativo evidencia-se à medida que busca o cumprimento da ordem jurídica vigente, evitando a alteração unilateral e arbitrária de dispositivo legal que beneficia toda a coletividade, seja diretamente – conforme os números de 15 de dezembro de 2015, aproximadamente 1 milhão de beneficiários do Programa Nota Legal – seja indiretamente, por meio do auxílio que o referido programa presta na fiscalização e, conseqüentemente, na arrecadação tributária.

Além de conveniente, a presente proposição é oportuna, pois, caso não seja sustado o Decreto nº 37.095, de 2 de fevereiro de 2016, este produzirá seus deletérios efeitos a partir de março já deste ano. Portanto, espero que esse decreto seja sustado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

No tempo que ainda tenho, Sr. Presidente, Deputado Julio Cesar, eu gostaria de fazer menção ao um fato lamentável. Hoje nós ouvimos aqui o Secretário da Mobilidade, ao qual pedimos alguns esclarecimentos.

Eu quero me reportar, Deputado Wasny de Roure, a 15 de dezembro de 2015, quando foi aprovado aqui um projeto que abortava 60 milhões para o pagamento do Passe Livre Estudantil – PLE. Naquele momento, eu alertava que não se poderia usar esses recursos para pagamento daquilo que se estava propondo, mas que fossem destinados à saúde pública do Distrito Federal. Apesar dos meus apelos, o Secretário da Mobilidade disse que o pagamento era devido e era legal, que não se estava pagando tarifa técnica e, sim, tarifa do usuário. Ele ficou de enviar esses documentos, mas até a data de hoje, não os enviou. Aí, pasmem, pasmem, apesar de uma sentença da Primeira Vara de Fazenda Pública, apesar daquilo que estamos investigando na CPI do Transporte, apesar de termos enviado, no final do ano, algumas recomendações ao Secretário de Mobilidade e ao Governador, apesar da investigação no Tribunal de Contas, daquilo que a Decap fez, daquilo que está acontecendo no Ministério Público, eis que, mais uma vez, o governo vem e reconhece dívidas de 2014.

Mas o pior não é isso, Deputado Roosevelt Vilela. Reconhecimento de dívida é legal. Ilegal é reconhecer a dívida depois de terem sido emitidas as ordens de pagamento, pois a ordens foram emitidas em 4 de fevereiro, e o decreto de reconhecimento de dívida só foi publicado seis dias depois, no dia 10 de fevereiro. E o que é pior: isso foi documentado. Está aqui. Primeiro, emitiriam-se as ordens bancárias e depois se publicaria o reconhecimento de dívida, assinado pela Diretora Administrativa e Financeira.

Então, chega o momento em que o descrédito é total. Nós demos ao Secretário de Mobilidade até a semana que vem para que nos apresente os devidos esclarecimentos. Eu espero que, verdadeiramente, os esclarecimentos cheguem, porque isso é ilegal, ao fazerem isso, incorrem em crime de improbidade administrativa o Secretário e até o Governador do Distrito Federal.

Isso tem que parar. Isso tem que chegar. Paga-se às empresas de transporte público quando tantas outras empresas precisam receber e não recebem. Por que a prioridade às empresas que prestam serviço de transporte público no Distrito Federal?

Alguma coisa está, a meu ver, equivocada, e eu espero que isso seja corrigido o mais rapidamente possível.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero lhe parabenizar pelo brilhante pronunciamento e engrossar coro com V.Exa., dizendo que tudo isso nos causa, realmente, muita preocupação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Diante de tudo o que já foi exposto, diante do brilhante trabalho que a CPI do Transporte vem fazendo, mesmo assim o governo tem errado nessa matéria, ou é por omissão ou é por conivência. Se for por conivência, esta Casa precisa adotar providências rigorosíssimas ou também erraremos por omissão ou conivência, e aí vamos pagar pelo mesmo erro que o governo vai pagar.

Então, é importante que adotemos algumas providências para que não tenhamos que responder pelo que o governo terá que responder, que é o que estamos aqui cobrando.

Parabéns, Deputado. Acho que temos que sair daqui com um encaminhamento, que seja convocar o Secretário. Eu já vi V.Exa. quase implorando ao Líder do Governo, o Líder do Governo quase implorando ao Secretário para que ele venha. Se não quer vir, que se convoque, para que venha aqui dizer o que está acontecendo. Não tem que convidar, não, convoque, porque ele tem muito o que responder. Por que as estações do BRT da BR-040 estão todas paradas, depredadas? Aquele é um bem público e está ao Deus dar. Então, é fundamental que haja a convocação.

Enquanto temos vários servidores para serem contratados, para servirem à população, o dinheiro público está sendo jogado fora. Poderíamos utilizar bem esses recursos.

Parabéns, Deputado. V.Exa. pode ter certeza de que vamos cobrar, vamos fiscalizar. O Executivo precisa, sim, dar uma resposta, e não só para nós, Parlamentares, não, mas também para a população do Distrito Federal.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte do Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. Primeiro, pelo que disse a respeito do Nota Legal, visto que foi aprovada uma legislação, se não me engano, no Governo Arruda, que tratava sobre esse assunto. Foi uma lei que veio do Executivo para cá. O governo, simplesmente, está modificando a lei através de decreto, e nós sabemos que isso não pode ser feito.

A outra questão diz respeito ao transporte público. Quero parabenizar V.Exa. pela brilhante condução dos trabalhos daquela CPI, e dizer, também, que, a cada dia, eu fico mais abismado com muitas coisas que vemos, inclusive, publicadas no Diário Oficial. A primeira delas é o reconhecimento de uma dívida de 2014 após o pagamento dessa dívida. Eu, realmente, nunca vi uma pressa tão grande de se fazer um pagamento. Outra questão ainda diz respeito a uma informação sobre pagamentos antecipados. Nós fizemos um encaminhamento ao Secretário, e ele ficou de nos responder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Acho que há falta de consideração com este Parlamento e com a CPI que foi instaurada no ano passado. No dia 8 de dezembro, nós encaminhamos algumas sugestões e alguns questionamentos e, até hoje, não fomos respondidos. Ficou acertado de se responder no final da próxima semana, conforme reunião hoje com o Secretário Marcos Dantas, mas isso poderia ter sido encaminhado antes.

Então, quero parabenizar aqui V.Exa. pela condução dos trabalhos e dizer que estou cada dia mais surpreso com algumas ações do governo.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sou justo em dizer que o Secretário da Mobilidade atendeu ao nosso convite, esteve conosco hoje no gabinete da Terceira Secretaria. Pelo jeito, ele não sabia de algumas coisas. Não sabia, Deputada Celina Leão e Deputado Julio Cesar, porque quem assinou tudo foi o chefe de gabinete dele, quando nem ele nem o chefe de gabinete nem o ordenador de despesa sequer sabiam de tais fatos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero, mais uma vez, parabenizar V.Exa. e todos que fazem parte da CPI do Transporte pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo V.Exa., o Deputado Raimundo Ribeiro, a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Rafael Prudente. Temos acompanhado realmente os trabalhos que V.Exas. vêm fazendo. São muito bem executados.

Eu gostaria só de fazer algumas ponderações. Primeiramente, V.Exa. fala a respeito da nota legal, que o governo veio e baixou esse valor. Aí V.Exa. protocolizou essa questão de se sustar o decreto. Quero dizer também que V.Exa. esquece, como alguns Deputados, que, no ano passado, foi aprovado nesta Câmara o projeto pelo qual o governo vai, através da nota legal, dar uma premiação de quase 10 milhões para os beneficiários do programa Nota Legal. Então, na verdade...

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – É de minha autoria.

DEPUTADO JULIO CESAR – É de vossa autoria. V.Exa. esqueceu de enaltecer que seu projeto foi aprovado e sancionado pelo Governador. V.Exa., com certeza, logo, logo será da base. Então, tenho certeza porque V.Exa. é o Deputado que teve mais projetos sancionados pelo nosso querido Governador. Então, não se pode esquecer que nós teremos, sem dúvida alguma, um benefício para a população.

Em relação à CPI do Transporte, quero dizer que não houve insistência para que o Marcos Dantas estivesse aqui presente, como dito pelo Deputado Wellington Luiz. Pelo contrário, nós ligamos, marcamos e conseguimos chegar a um denominador comum, que foi 9h30min. Ele chegou até cedo. Na verdade, chegou mais cedo do que muitos, já estava ali presente e veio com a maior disposição para prestar os esclarecimentos devidos à CPI do Transporte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Agora, Deputado Roosevelt Vilela, V.Exa. disse: "Ah, vão sustar o decreto." Na verdade, muitas vezes, o Legislativo não pode querer ser o Executivo. Acho que o Executivo tem a prerrogativa de soltar alguns decretos. Não podemos, toda hora, querer vir aqui sustar o decreto, senão teríamos que concorrer, Deputado Bispo Renato Andrade, ao Executivo, não ao Legislativo.

A questão da CPI, lembrando que a sentença só é válida após o trânsito em julgado. Então, não tem por que... O causídico Deputado Raimundo Ribeiro e o Deputado Chico Leite sabem muito bem que o governo só pode cumprir quando houver o trânsito em julgado.

Então, quero dizer que o governo está, sim, preocupado com o transporte público. Torno a repetir que, se se tomar essa atitude que V.Exa. quer, de se parar tudo, de se deixar de pagar, em vez de melhorarmos, podemos causar um caos na cidade, e não é isso que V.Exa. nem os Deputados querem. Acho que o governo tem que se manifestar urgentemente. Eles estão terminando esse estudo de trabalho, e há um comprometimento da Secretaria de Mobilidade de realmente começar a corrigir algumas falhas, que não vêm desse governo, vêm do governo anterior.

Então, parabéns pelo seu discurso na tarde de hoje, meu querido Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Como V.Exa. me citou, eu gostaria de responder, Deputado Julio Cesar. Eu até parabenizo o Governador Rodrigo Rollemberg. A prova de que, mesmo não sendo da base, ajudo tanto que S.Exa. consegue fazer com que os meus projetos de lei sejam sancionados. A prova de que estamos ajudando muito esse governo desastrado a não ir para o buraco.

Segundo, o que eu quero dizer a V.Exa. é que uma lei só pode ser substituída por outra lei, não por um decreto. Talvez, o governo esteja precisando de advogado. Aí, sim, eu indicaria bons profissionais da área do Direito para trabalharem com esse Governador, dois grandes e nobres que dariam secretários de primeira grandeza: o Deputado Chico Leite e o Deputado Raimundo Ribeiro. Quem sabe? O que eu estou falando aqui é questão legal, amigo Deputado Julio Cesar. Como se reconhece uma dívida? Como se emitem as ordens bancárias no dia 4 de fevereiro e o decreto de reconhecimento de dívida só no dia 10 de fevereiro de uma dívida de 21 a 31 de dezembro de 2014, época de férias escolares?

Então, eu não estou aqui prejudgando. Eu estou dizendo o que de fato aconteceu. São documentos do governo. Que o governo explique esses documentos. Não é uma invenção minha. São documentos assinados por pessoas do governo.

Era isso o que eu tinha a dizer. Volto a insistir numa coisa muito importante. Primeiro, eu não me considero uma pessoa desleal ou ofensiva ou que ataque quem quer que seja. Muito pelo contrário, nós temos dado a nossa cota de participação como grupo de oposição desta Casa naquilo que é o melhor para o Distrito Federal. Eu tenho certeza de que a Oposição desta Casa é extremamente responsável naquilo que tem feito. Eu acho que falo por todos nós que ocupamos a Oposição aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

dentro. Não somos oposição ao Governador Rodrigo Rollemberg, não somos oposição à Brasília, mas a ideias equivocadas do Governador e não do Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para concluir, não para polemizar.

Eu tenho tentado ser o mais responsável possível e eu jamais – Deputado Julio Cesar, V.Exa. me conhece – inventaria coisas. Eu, V.Exa., o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Rafael Prudente estávamos no carro quando houve sim uma insistência ao Secretário Dantas para que ele viesse a esta Casa. Inclusive, ele só queria vir em março. Aí, houve uma insistência dos Deputados dizendo que, caso ele não viesse em fevereiro, ele seria convocado. Então, tem que deixar bem claro que houve sim uma insistência dos Parlamentares dizendo que, caso não viesse, ele seria convocado. Se eu tiver mentindo, eu gostaria de ser desmentido aqui pelo Deputado Rafael Prudente e pelo Deputado Bispo Renato Andrade, que podem testemunhar bem o que eu acabei de dizer.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Meu nobre Líder, V.Exa. nunca mente. A bem da verdade, o Secretário queria vir em março. Ele só veio porque nós ameaçamos dar o voto de desempate para convocá-lo. Então, a bem da verdade, ele não queria vir, queria fugir da responsabilidade.

Só para responder aqui aos meus amigos queridos, nós somos Oposição ao Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, até hoje eu não concordo com essa posição de ser Oposição ou Situação, porque acabamos sendo contra ideias boas e quem é da Situação também acaba sendo a favor de ideias ruins.

Eu só queria dizer que tive a honra de participar da reunião hoje da CPI, na qual nós tivemos como convidado o Secretário Marcos Dantas. A reunião foi muito proveitosa, mas tivemos algumas situações que prejudicaram o bom andamento. Por exemplo, a pauta, em que pese ter sido apresentada via telefone, ficou prejudicada. Acho que deveria ter apresentado uma pauta de forma mais clara para o Secretário para que ele pudesse trazer as informações. Aí, eu pude perceber... Por exemplo, Deputado, na reunião, foi apresentado que houve um pagamento sem prévia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

publicação do extrato, que o extrato foi publicado dias depois. Eu pude conferir. Realmente, o número do processo é o mesmo, mas os valores não batem. Então, eu acho que, partindo do princípio da presunção de inocência, pode ter havido um erro formal. O Secretário se comprometeu a esclarecê-lo na próxima semana, bem como um pagamento que, segunda uma alegação, foi feito sem a prestação de serviço. Mas podemos ver que, no extrato bancário, no extrato da ordem de pagamento, fala-se em 25 de janeiro. Já no outro documento, fala-se em 25 de fevereiro. Isso nos leva a crer – acredito e torço para isso – que foi um erro formal de digitação. O Secretário se comprometeu a trazer essas informações de forma mais clara na próxima semana.

Então, eu queria pedir ao nobre Deputado Bispo Renato Andrade que faça com prudência suas colocações, para que, na semana que vem, possamos ter o confronto real dos documentos e, aí sim, fazer um prejulgamento da situação factual.

Obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Muito obrigado, Presidente, pela tolerância com o tempo, mas lembro que tive a prudência de não expor o Secretário sem que S.Exa. pudesse dar suas explicações. Eu poderia tê-lo convocado – as audiências da CPI são públicas –, mas fiz questão de ouvi-lo reservadamente exatamente para que S.Exa. pudesse expor os seus esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade. Quero parabenizar a CPI pelo trabalho. Acho que ela tem atuado com seriedade. É uma área que precisa de fiscalização, sim, porque gasta milhões e milhões de reais. O próprio desfecho das investigações tem colocado isso. Parabenizo todos vocês.

Eu queria aproveitar para cumprimentar o pessoal da Defensoria Pública que se encontra aqui no plenário da Câmara. Já aviso que houve acordo, hoje, dos Líderes, para a derrubada do veto. Iremos votar hoje ainda a derrubada do veto da Defensoria Pública. Quero agradecer aqui a todos os Parlamentares presentes, aos Líderes, que concordaram com isso e foram solidários.

Cumprimento o pessoal do Metrô. Vocês são muito bem-vindos. Quero ainda informar ao pessoal da educação que houve acordo hoje para votação também da moção de vocês que pede o encaminhamento da lei para a Câmara. Esses dois acordos aconteceram e só estamos esperando a fala dos colegas para colocá-los em votação.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a retificação dos Projetos de Lei nºs 243, de 2015, e 695, de 2015.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Nós iremos retificá-los. Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar, Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Quero cumprimentar todos os candidatos da Secretaria de Educação, o pessoal do Metrô e os meus amigos da Defensoria. Sou solidário a todas as demandas. Vamos votar favoravelmente a vocês, podem ter certeza.

Sra. Presidente, o que me traz aqui é algo que nos causa muita preocupação, Deputado Raimundo Ribeiro. Mais uma vez, o governo precisa nos dar explicações, porque fomos surpreendidos. Talvez essa nossa condição e a veia de policial nos faça trazer algumas informações. Chegou-me às mãos informações muito precisas e verdadeiras. Eu gostaria até que o Deputado Rodrigo Delmasso, que foi vítima de acusações levianas, estivesse presente.

Remeto todos àquela reunião, Deputado Chico Vigilante, entre Parlamentares e o Governador que acabou vazando e causou um enorme constrangimento. Para surpresa de todos nós – pasmem os senhores! –, descobrimos que aquela gravação partiu – eu gostaria que V.Exa. ouvisse bem isto, Sra. Presidente – dos IPs da UnB, de três IPs da UnB em nome da reitoria daquela universidade.

É bom que se explique isso. Inclusive, estou fazendo um requerimento a V.Exa. para que o reitor da UnB nos explique esse fato, Deputado Raimundo Ribeiro, porque foi pelos computadores da UnB, originalmente, que vazou aquela conversa. Originalmente! Não estou falando de depois que ela repassou, não. Estamos falando que, inicialmente, logo quando houve as gravações. Partiu de IPs de computadores da UnB. Não sei se há Parlamentar que tem relação com o pessoal da UnB. No governo, sei que há um monte. Não estou aqui querendo fazer ilações, não. Eu não seria leviano, eu não seria maluco. Eu sou doido, mas não a ponto de fazer uma acusação dessas se não houvesse papel, Deputado Wasny de Roure. Não. Está aqui.

Sra. Presidente, esta Casa vai ter que apurar isso. O governo, se tiver alguma coisa a ver com isso, vai ter que explicar. Há uma coisa que realmente me deixa indignado. E foi por um acidente que acabei entrando na reunião. Um dia desses, em uma reunião com os colegas delegados de polícia, quando saí, descobri que há um escaninho na antessala do Governador que é para os Deputados deixarem os seus celulares. Vou dizer uma coisa a V.Exa.: se eu tiver que deixar o meu celular naquele escaninho, lá, eu não entro. Sabe por quê? Porque fomos sentenciados, Deputado Rafael Prudente. Sabe por quê? Porque nos acusaram daquele vazamento. Quando se diz que o Deputado tem que deixar o celular no escaninho, está-se dizendo também que foi o Deputado quem gravou. Nós já fomos condenados por este governo, Deputado Agaciel Maia. Eu não entro lá, porque tenho vergonha na cara. Tenho a minha consciência tranquila. Não faço jogo sujo. Jamais faria isso. É preciso que se explique isso, Sra. Presidente. É algo muito grave.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Primeiro, o governo nos submete a uma situação vexatória dessa, em que o Parlamentar... e que me desculpem os colegas que se submeterem a uma coisa dessa! Pelo amor de Deus! Parlamentar tem que se dar o respeito. Fomos eleitos pelo povo. Deputado Bispo Renato Andrade, Líder da Oposição, temos que ser respeitados, porque foi o voto da população que nos colocou aqui. É inadmissível isso! Eu nunca tinha ouvido na história que um Governador já tivesse colocado um escaninho para receber celular de Deputado. Jamais! Eu não entro lá, porque tenho vergonha na cara. Não faço esse tipo de manobra. Eu jamais admitiria isso. Aqui jamais se impediu que entrasse celular. Não pode.

E, para piorar a situação, a gente descobre, Sra. Presidente, que os IPs de onde originou o vazamento daquela reunião são da UnB. O que a UnB tem a ver com isso? Pai do céu, só não vou chorar porque não sou frouxo. Mas que dá vontade, às vezes dá. Como diz um amigo nosso daqui: "Meu Deus, de onde saiu isso?" É brincadeira! Não tenho mais o que dizer. Faltam palavras, sinceramente! Isso foi dito por um integrante...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wellington Luiz, primeiro, acho que qualquer conversa que for gravada dentro da sala do Governador deve ser republicana. Por que o medo? O que se fala dentro da sala do Governador que não pode ser gravado?

Concordo com V.Exa. em gênero, número e grau, porque fazemos reuniões na Presidência desta Casa e não há nada que falemos que não seja republicano, que não possa ser gravado. Então, compartilhar da indignação de V.Exa. O que V.Exa. traz a esta Casa é gravíssimo. O que constrangeu a instituição não foi o vazamento do áudio, até porque foi uma conversa em que havia trinta, quarenta pessoas, mas, sim, a edição dos áudios. Esse foi o constrangimento. Pinçaram o que era interessante. Claro que qualquer conversa desconectada pode dar uma conotação diferente ao que é dito.

Peço que, se V.Exa. tem essa informação, esse dado real, que o encaminhe à Presidência desta Casa, porque isso é muito grave. Se está no IP da reitoria da UnB, cabe a esta instituição e a mim, como Presidente, indagar ao reitor quem usou o computador da reitoria para difamar de forma pontual a instituição, editando aquela gravação. Acho que, no formato que colocaram, era realmente uma tentativa de difamar a instituição.

Quero ser solidária com V.Exa. Eu acho que não deveria haver, na sala do Governador, nenhuma conversa que não fosse republicana.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar o Deputado Wellington Luiz. Eu fui da época em que os alunos da UnB é que sofriam com o problema do dedo duro. Principalmente militares e alguns outros faziam a entrega de colegas de Esquerda. Estes eram presos e, às vezes, até



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

torturados pelo regime militar. Agora, essa inversão de que agora a UnB é quem faz a divulgação de grampo de Deputado, realmente, é de cair o queixo.

Outra coisa que eu gostaria de esclarecer é que eu estive com o Governador, semana passada, para discutir o problema do Jovem Candango, e não havia escaninho nenhum. Eu não vi isso lá.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então é mais grave ainda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – O pessoal inventa muitas estórias – com es no início da palavra. É muito boato, é muita conversa. A não ser que se esqueceram de pedir o meu, pois eu estive lá, Deputado Wellington Luiz – apenas para repor a verdade –, e não vi essa história de escaninho. Na verdade, eu acho que as audiências com o Governador deveriam até ser transmitidas pela internet, porque nós acreditamos que quem vai ter uma audiência com o Governador vai tratar de políticas públicas e não de interesses particulares, até mesmo porque, se o interesse for particular, parte-se do princípio de que, se o sujeito for minimamente inteligente, não vai tratar desse assunto dentro de um palácio de governo. Seria muito burro.

Então, eu acho essa história esquisita. Apenas quero dar o testemunho de que eu estive lá e não vi essa história de colocar telefone em escaninho.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte de V.Exa. Então, Presidente, preste atenção aqui, é mais grave ainda, pois é seletivo. Eu trouxe aqui o que eu vi, não foi o que me falaram. Eu vi o escaninho, meu celular estava lá, e eu só o deixei porque eu estava com um colega delegado de polícia. Ele entrou atendendo; eu perguntei, e ele me disse que estava com o celular. Só no final, eu descobri que meu celular estava lá dentro, estava lá no escaninho. Então, é mais grave. O governo, inclusive, está escolhendo quem é o Deputado que ele está deixando.

Eu vou dizer uma coisa a vocês, voltando ao caso lá da UnB: estou muito tranquilo. Eu não estava naquela reunião de que as gravações vazaram. Se há alguém que não tem com o que se preocupar, sou eu. Eu estou preocupado é com a imagem da instituição e com a forma como isso foi feito.

Porém, Deputado Agaciel Maia, volto a dizer: o escaninho está lá para ser fotografado. Eu quero que um integrante do governo venha aqui e me desminta, que diga que este fato não existe. Ele existe e está lá. Eu vi, e ele aconteceu.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar V.Exa. pelo discurso. Eu só ia, Sra. Presidente, reiterar o pedido. Já que chegou às mãos do Deputado Wellington Luiz esse documento dizendo que os IPs são de computadores da UnB, que a Câmara, institucionalmente, solicite ao Governador do Distrito Federal que seja apresentada – ou a Câmara à própria UnB – a senha dos que usaram aqueles computadores naquele momento, porque isso é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

inadmissível. Hoje se coloca que os telefones não podem entrar na sala do Governador, e a suspeição é a de que os Deputados estejam gravando? Pelo visto, veio da UnB. E tem mais: eu também me sinto extremamente à vontade porque lá eu não estive, e meu telefone também não fica do lado de fora. Era só isso o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu quero agradecer a V.Exa. por me permitir este aparte. Quero iniciar pela questão tão pueril, tão boba, desse negócio de você ter que deixar o telefone numa antessala para poder entrar com o Governador. Por que eu digo que é uma coisa tão boba? Primeiro, porque ninguém normatiza esse tipo de situação. Segundo, porque tem que se verificar quem é que tem competência para normatizar. O Governador tem todo o direito – é o atual ocupante do Palácio do Buriti – de, ao ocupar aquela sala, receber as pessoas e colocar as normas que quiser. Contudo, cabe a nós aceitá-las ou não.

Eu nem sabia disso – faz uns quatro ou cinco meses que eu não converso com o Governador lá no Palácio do Buriti –, mas já antecipo que, por não aceitar qualquer tipo de suspeição, eu não me atreveria a ir lá para gerar uma situação desconfortável, porque não iria aceitar, de forma alguma, esse tipo de coisa. Até porque nós temos um precedente nesta história, que é aquela conversa que foi gravada e depois vazou. Agora o Deputado Wellington Luiz nos traz essa informação, que é extremamente grave. Nós já sabemos o IP de onde foi feita a gravação. Já sabemos, inclusive, que são de uma instituição pública, no caso, a UnB.

Eu acho que o caminho, Deputado Wellington Luiz, se me permite a sugestão, é que esta Casa oficie à UnB. Que a Presidente desta Casa, em razão da gravidade, peça uma audiência com o magnífico reitor da UnB para entregar pessoalmente a ele o ofício e para acertar que horas ele vai responder, porque isso não tem qualquer complicador. Se nós temos o indicador, se nós sabemos qual é o número do IP, é só ele pegar a relação e nos informar. Porque aí nós vamos chegar realmente a saber quem é a pessoa que está gravando conversas, selecionando-as e divulgando-as.

Quero crer que o governo não tenha nada a ver com isso. Apesar de o governo hoje ter selecionado seu pessoal nos quadros da UnB, eu prefiro acreditar que ele não tenha nada a ver com isso. De toda sorte, é importante que esta Casa tome uma providência de imediato.

E quero, assim como V.Exa., conclamar todos os 24 Parlamentares, todos, a realmente não admitir o ingresso, na sala de quem quer que seja, no Palácio do Buriti, desprovido de um instrumento de trabalho que se chama telefone celular, porque essa norma não corresponde à verdade dos fatos. Nenhum Deputado aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

gravou qualquer conversa. Se tivesse gravado, seria responsabilizado. Então, por que vai pairar sobre esta Casa esse ônus?

Eu gostaria, inclusive, de, mais uma vez, e aí eu conluo, Deputado Wellington Luiz, dizer – e olha que eu já estive lá no Executivo e sei como é que isso funciona – que infelizmente há pessoas, Deputado Agaciel Maia, que, mesmo sem ter legitimidade, mesmo sem ter o voto – a legitimidade decorre do voto –, têm uma vontade doida de normatizar, de legislar, e aí danam a fazer estas coisas – coisas sobre as quais o Stanislaw Ponte Preta, muito tempo atrás, terminou escrevendo, terminou produzindo, uma obra chamada Febeapá, Festival de Besteira que Assola o País.

Eu já vi tanta norma. Eu já vi, inclusive, a Presidente do Ibram aqui, um dia desses, impedir que o governo entregasse uma obra no Setor Comercial Sul, ao meio-dia, para não contrariar a Lei do Silêncio. Olha, é risível realmente, chega a ser ridículo isso, mas infelizmente essas coisas estão acontecendo, e é preciso que o nosso Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, leve ao Governador essa profusão de besteiras que está sendo praticada. Nós ainda nem completamos 1/3 do mandato e já temos um desgaste muito grande, e um desgaste que ocorre em função de uma série de coisas.

O Deputado Bispo Renato Andrade pouco antes – eu não quis apartear-lo, porque ele já dizia tudo – falou sobre a questão do convite que foi feito ao Secretário Marcos Dantas. Realmente esta Casa poderia convocá-lo ou convidá-lo. Eu até argumentei no sentido de que fosse um convite, mas infelizmente não chegaram respostas. Ou seja, até hoje eu não sei, Deputado Wellington Luiz, por que o governo, que tem tanta dificuldade financeira, ainda não foi buscar o dinheiro que é devido pela propaganda na traseira desses ônibus. Isso é uma coisa inconteste. O governo tem esse direito. Mais do que direito, tem a obrigação de fazer, sob pena de prevaricação. Hoje, o Secretário esteve conosco e não nos explicou isso. Temos um parecer da Procuradoria, desde maio, dizendo alguma coisa acerca do PNE – Portador de Necessidade Especial – que não é devida a tarifa técnica. O governo até agora não tomou providência. Então, eu não posso mais crer que as dificuldades financeiras permanecem.

Ora, dificuldade financeira, e se libera o então Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o Sr. Galeno, para ter exercício na Prefeitura Municipal de Alexânia, com ônus para esta Casa? Então, que dificuldade financeira é esta que estamos vivendo?

Que dificuldade financeira é esta, em que se libera o servidor Agnelo Queiroz para ter exercício lá no Governo Federal, com ônus para esta Casa? Se a saúde está no cemitério, como é que você fica liberando profissionais, e às nossas custas? Será que foi essa a prerrogativa que a população do Distrito Federal deu para quem ia governar a nossa cidade? Eu quero crer que não, porque, se formos para o meio da rua e perguntarmos se a população concorda que Agnelo continue recebendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

dinheiro público do Distrito Federal para não fazer absolutamente nada no Governo Federal, ela não vai concordar com isso, não.

Então, Deputado Wellington Luiz, eu quero agradecer a possibilidade que me permitiu de apartear V.Exa.

Fica aqui a nossa recomendação à Presidente desta Casa: oficial imediatamente ao Magnífico Reitor da UnB e, se for o caso, entregar em mãos, para que, quem sabe, se possa trazer a resposta imediatamente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Raimundo Ribeiro.

Quero crer realmente que o Governo do Distrito Federal não tenha nada a ver com isso, apesar da proximidade com membros da UnB. Apesar de que, como policial, nunca consigo acreditar em coincidência em local de crime. Mas fazer o quê?

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. traz nesta tarde um assunto muito importante. Eu também fazia parte do grupo de Deputados que estavam naquele dia em que vazaram algumas informações, o que foi exposto pela mídia de uma maneira geral.

O Deputado Raimundo Ribeiro falou algo a que eu acho importante a gente voltar: a verdade sobre os fatos. Também sou contrário a este equipamento que foi instalado na sala do Governador, acho que isso é muito ruim. A Casa Militar tem que tentar buscar outro mecanismo, se ela quer coibir que alguém grave. Por exemplo, na Presidência da República existem umas ferramentas – a Deputada Sandra Faraj me disse isso – que neutralizam o som. Acho que é isso que o governo deve fazer.

Mas uma das coisas que eu não posso admitir, que V.Exa. falou hoje, é que isso foi feito para os Deputados. Isso não é verdade, absolutamente. Nós falamos assim – “É só para os Deputados” –, mas na verdade é para todas as pessoas que frequentam o gabinete do Governador. Então, é um absurdo? É, e eu também sou contra. Na minha próxima conversa com Governador, vou falar sobre esse tema. É desnecessário.

Na verdade, foi a Casa Militar que colocou isso. Acho que o Coronel Ribas se equivoca nesse sentido, mas eu não posso permitir que se diga que isso foi feito justamente para os Deputados, porque, dessa forma, parece que há uma guerra entre o Executivo e o Legislativo. Muitas vezes nós mesmos é que aumentamos esse confronto, e essa briga não vai levar a lugar nenhum.

Mas parabéns por esse tema. Acho que devemos, sim, rapidamente, convocar o reitor da universidade para que venha se explicar, porque essa história, ainda, está muito mal contada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Pedimos a colaboração de V.Exa., que tem um trâmite muito bom com a Polícia Civil, para que cheguemos a um denominador comum e achemos o culpado por aquelas gravações.

Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só quero concluir.

Mais uma vez, para deixar bem claro, tanto não disse que era só para os Deputados, que a reunião de que eu participei foi com um grupo de delegados, um grupo de policiais de que faço parte. Foi uma reunião em que os delegados também deixaram... Não disse que foi só para Deputado, mas inclusive para Deputados.

O que enaltece essa situação é que nós fomos vítimas de uma manobra. V.Exas. estavam dentro da sala. Eu, como Parlamentar, estou aqui brigando. Eu não estava naquela sala. Estou muito tranquilo para falar sobre isso, porque eu não participei daquela reunião. Mas dizer que o Deputado não foi sentenciado? Foi, sim. E dizer que o Deputado não é alvo disso? Só se eu for ingênuo.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Gostaria só de registrar a presença do Dr. Ricardo, responsável pela Defensoria do Distrito Federal, cumprimentar todos os defensores que estão aqui na tarde de hoje e dizer que vocês podem contar comigo. Eu estou junto com vocês para que possamos derrubar o veto hoje. Só isso.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Eu também queria saudar os amigos do Esporte à Meia-Noite. Nós estamos lutando para que esse programa maravilhoso, que começou no governo do meu pai, não acabe. Então, estamos aí lutando. Queria que todos os Deputados abraçassem essa causa junto comigo – o Deputado Julio Cesar também faz parte dessa luta –, para que este programa continue. Eles estão aqui hoje para ver se mobilizam mais Deputados, para que este projeto continue e não sofra nenhuma perda.

Eu quero também saudar o Dr. Ricardo, que foi reconduzido. Parabéns! Acho que isso é um reconhecimento pelo seu trabalho, o senhor sabe que todos os Deputados admiram muito o seu trabalho. A gente espera que o senhor faça cada vez mais pela nossa Defensoria Pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há uma faixa ali me parabenizando pelo meu aniversário, foram os defensores que fizeram. Agradeço a todos.

Quero registrar a presença do pessoal do Esporte à Meia-Noite e dizer a V.Exa., Deputada Liliane Roriz, que eu marquei uma reunião na próxima quinta-feira com o secretário da área de educação, para a qual convido todos os Deputados que puderem estar conosco, justamente para buscar entender qual é o motivo que está levando tanto a secretaria que cuida da segurança pública como a da educação a quererem mudar o horário do Esporte à Meia-Noite. Hoje, eles fazem das 22h às 2h da manhã, e querem colocar das 20h à meia-noite. Na verdade, isso vai desconfigurar um programa que há muito e muito tempo vem tendo sucesso nesta cidade.

Desde já, como defensor do esporte, vou lutar com todas as forças para que isso não venha a acontecer. Tendo a Sra., Deputada Liliane Roriz, e os demais Deputados para lutar comigo, com certeza a vitória não será nossa, mas será da população do Distrito Federal. Então, pessoal do Esporte à Meia-Noite, podem contar com toda minha garra e disposição nesse sentido. Obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Só um detalhe, meu Líder: eu estava presente no dia em que foi instalado este programa. O senhor certamente não morava aqui nesta época, mas isso faz parte um pouco da minha história pessoal, porque eu estava presente no dia em que começou o Esporte à Meia-Noite. Foi o projeto de uma amiga que se chamava Adaldej, da Polícia Civil. Ela levou para mim esse projeto, e eu convenci o meu pai a começarmos o Esporte à Meia-Noite. Então, pessoalmente, eu tenho uma história muito comovente com esse projeto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente cumprimentar todos vocês da Defensoria, o pessoal que está no cadastro de reserva e o pessoal do Esporte à Meia-Noite.

Eu gostaria de abordar alguns temas específicos, porque, Deputado Chico Vigilante, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, um governo neoliberal, sempre achávamos que essa questão de sucatear os órgãos públicos era uma estratégia, como aconteceu com a Companhia Siderúrgica Nacional e vários outros órgãos vendidos a preço de banana. Muitas concessionárias de energia, de água, bancos, etc., pelos estados fora foram todos inicialmente sucateados e depois vendidos a preço de banana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Hoje, faço um alerta ao Departamento de Imprensa Nacional. Deputado Chico Vigilante, o Departamento de Imprensa Nacional foi criado no dia 13 de maio de 1808, por D. João, e hoje está agonizando. Tem duzentos e poucos servidores, a maioria das atividades estão sendo terceirizadas, não se faz concurso e, mesmo assim, o Departamento de Imprensa Nacional tem um superávit de quase 1 bilhão de reais. Afinal de contas, ser superavitário ou ser sucateado no serviço público não importa, o que importa é que se mate gradativamente as empresas, mesmo que elas tenham história, como é o caso da Imprensa Nacional, que precisa de um concurso, precisa ser transformada em autarquia, e precisa dar condições para aqueles servidores para que eles sobrevivam sem depender de um centavo sequer do governo. Mas não, temos que matar a história do Brasil, temos que matar a carreira dos servidores daquele órgão em detrimento de algum nicho de mercado que precisa ser atingido. Algumas pessoas estrategicamente tratam de matar um órgão público, mantêm uma estratégia, e com cinco ou dez anos o órgão público é simplesmente eliminado. Acho que deve haver muitos interesses, afinal, a Imprensa Nacional é aqui pertinho, é uma área grande. Deve ter interesse imobiliário. Deve ter interesse de que os impressos feitos hoje, mesmo sendo superavitário pela Imprensa Nacional, devam ir para a iniciativa privada. Qual é o motivo de se matar um órgão histórico necessário, já que publica o Diário Oficial da União? Não existe motivo algum. O motivo é simplesmente mercantil!

Eu tenho obrigação de fazer esse alerta porque fui durante nove anos diretor de gráfica. Estão matando a Imprensa Nacional e junto com ela grande parte da história deste País.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu gostaria de cumprimentar V.Exa. A Imprensa Nacional é um órgão que temos acompanhado há muitos anos. Participei de manifestações históricas ali dentro, lembro-me de que uma das vezes com o Senador Eduardo Suplicy.

De fato, o que V.Exa. está alertando, um novo concurso e a transformação institucional da Imprensa Nacional, é da maior importância. Esse debate já ocorreu na Casa Civil, não o concluíram e não foi dado desdobramento, creio até mesmo em função dessa crise política que o País vive, mas V.Exa. está coberto de razão. A histórica e importante responsabilidade da Imprensa Nacional é fundamental para o País. Se este País conquistou muitas coisas foi porque teve, lá no passado, uma equipe com a competência que nos possibilitou isso.

Registro ainda, Deputado Agaciel Maia, que durante doze anos a Imprensa Nacional – parece-me que foi o maior período gerenciado por somente um gestor – foi gerenciada por um servidor aposentado desta Casa. Portanto, esta Casa tem, sim, um papel e um dever cívico de acompanhar o que está ocorrendo na Imprensa Nacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Parabéns pela posição e compromisso com que V.Exa. traz essa temática tão relevante para esta Casa, que é a Imprensa Nacional nos dias de hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço e incorporo o aparte de V.Exa. ao meu discurso.

Outro assunto que eu gostaria de abordar é a necessidade de que, nas reestruturações de carreira, como também no chamamento das pessoas que fazem concurso público, Deputado Roosevelt Vilela, tenhamos critério.

No ano passado, por uma picuinha ou por algum problema, foram reestruturadas todas as carreiras da área de saúde, e as carreiras de enfermeiro e de especialista em saúde ficaram no limbo. Eu tenho falado com o Governador Rodrigo Rollemberg sobre isso, tenho pedido o empenho desta Casa, por uma questão de justiça. Não é nem por uma questão política, nem econômica; é por uma questão de justiça!

O secretário tal não foi com a cara da presidente do Sindicato dos Enfermeiros e simplesmente não reestruturou a carreira. Aí temos um negócio penso: um quadro de enfermeiros e especialistas – são quase 10 mil pessoas – prejudicado porque alguém não foi com a cara de fulano! Gente, não dá para fazer políticas públicas, se não se valorizar os enfermeiros e especialistas. O enfermeiro é quem está ali presente, do lado de quem está doente.

Então, faço um apelo, Deputado Prof. Israel, que haja uma correção dessa injustiça feita, que se equiparem os enfermeiros aos odontólogos, que era o projeto, estava tudo definido, mas simplesmente pinçaram e excluíram. Isso é uma injustiça que finda por uma questão personalística, prejudicando o andamento de toda a estrutura da política de saúde do Distrito Federal.

Gente, não dá para ficar fazendo isso! As pessoas que são designadas para serem secretário de Estado têm que entender que elas são designadas para exercer uma função pública, não para exercer uma função pessoal, que gosta de a ou b. Elas têm que desenvolver a melhoria da qualidade de vida da população naquela política pública que elas representam. Mas isso aqui, por incrível que pareça, acontece na Capital do País.

Então, eu quero fazer um apelo ao Líder do Governo, a todos os Deputados no sentido de cobrar do nosso Governador que faça essa correção: equipare os enfermeiros – que têm um papel preponderante, importante para a saúde pública do Distrito Federal – aos odontólogos, como inicialmente estava previsto na reestruturação das carreiras.

Eu gostaria também de dar uma notícia boa e uma notícia não tão boa, que vêm das bandas de Planaltina. Quero parabenizar o Governador por intermédio da Novacap. Não é emenda do Deputado Agaciel Maia, não estou querendo puxar a brasa para a minha sardinha, mas, Deputada Luzia de Paula, depois de décadas que a feira do Arapoanga foi uma pocilga, onde você entrava com os poços d'água sujos, e servia exatamente para coito de marginais e para sujeitos usarem drogas... Hoje,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

ao meio-dia, começaram a recuperar a Feira do Arapoanga. Quero parabenizar o Governador pela iniciativa junto com a Novacap.

Nós temos que criticar, mas temos que aplaudir também. E precisamos também, nossos caros Deputados, elogiar quando tiver que elogiar, porque criamos o hábito de sempre criticar.

Quero ainda fazer uma crítica que vem também lá de Planaltina. O pessoal tem reclamado demais do atendimento hospitalar. E olhem que o Secretário de Saúde, o Fábio, tem se esforçado. Quero também parabenizar o nobre Deputado Rafael Prudente, que tem ido, inclusive nos finais de semana, visitar os nossos hospitais para saber a real situação em que se encontram. Quero fazer um apelo também, Deputado Julio Cesar, a V.Exa., que desempenha tão bem essa função de Líder do Governo, que cobre o melhor atendimento.

Eu ainda acho... Acho, não, tenho quase certeza de que a maioria dos problemas de Brasília são problemas de gestão. Sempre são muito alicerçados e criticados: é questão de quantidade, é questão de eficácia... Mas a maioria é questão de gerência. É questão de cobrar o atendimento mínimo que cada profissional da área tem que fazer em respeito à população.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento.

Sobre a feira do Arapoanga, parabenizo o governo e também o Administrador Salgueiro, pessoa que vem fazendo um bom trabalho e tirando muitas vezes leite de pedra. Com a falta de recursos, com a falta de aparelhamento na administração, ele está conseguindo atender algumas demandas e alguns pedidos. Muitas vezes são coisas simples, mas que fazem muita diferença na vida das pessoas. Então, eu quero parabenizá-lo. Eu recebi as fotos e vi que o trabalho da Novacap está sendo realizado hoje na região da feira do Arapoanga. Tenho certeza de que vai trazer um benefício muito grande à população.

Eu estive visitando o hospital de Planaltina no final de semana. Tive a oportunidade de conversar com alguns pacientes que haviam chegado lá às 5h da manhã – eu cheguei ao hospital em torno de 14h30min – e possivelmente não seriam atendidos.

Aproveito para fazer aqui um apelo ao Secretário, para que visite os hospitais. Nada melhor do que ver pessoalmente como está a situação, pois as pessoas estão sofrendo e não estão recebendo atendimento digno, da forma que merecem. Então, faço um apelo ao Secretário de Saúde para que faça uma visita e consiga alguns médicos para a região de Planaltina, porque as pessoas estão precisando.

Deputado Agaciel Maia, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Por último, ontem eu estive presente na assinatura de filiação ao PPS da Deputada Celina Leão e do Senador Cristovam Buarque. Por incrível que pareça, também quero fazer uma alerta, Deputada Celina Leão, sobre as distorções praticadas nas fofocas políticas.

Fiquei um pouco lá fora conversando, e um grupo disse: “Está vendo? Viu o que o Deputado Raimundo Ribeiro disse do governo?” O que o Deputado Raimundo Ribeiro disse do governo, que é tão grave assim? “Ele disse que há seis anos não tem governo, etc. O sujeito é assim, assim, assado”. Eu conversei com o Deputado Raimundo Ribeiro. Tiraram o contexto de um texto, de uma conversa com um Deputado, e pinçaram exatamente para fazer uma grande fofoca, para fazer sempre esse jogo mesquinho de jogar o Parlamentar contra a, contra b, contra c.

Pessoal, nós temos uma crise, quer sejamos Oposição ou Situação. Não somos Deputados nem de Governador, nem contra Governador. Somos Deputados de Brasília. O que for certo para Brasília nós vamos defender e o que for errado nós vamos criticar. O que não pode, Deputada Celina Leão, é fazer esse jogo político de pegar o contexto de uma colocação de um Parlamentar e distorcer, para tentar queimar aquele Deputado ou denegrir a sua imagem.

O Deputado Raimundo Ribeiro não me deu procuração, nem nada, para fazer esse trabalho. Eu tive uma pequena amostra, Deputado Chico Vigilante, da criatividade que as pessoas têm de pegar determinadas informações e fazer um contexto que não tem nada a ver com a conversa.

Então, eu quero alertar os nobres colegas: Deputada Liliane Roriz, Deputado Julio Cesar, a quem vou conceder um aparte, fiquem vacinados contra esse tipo de fofoca, esse trabalho que o pessoal faz, de jogar uns contra os outros.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero somente parabenizar V.Exa. por esse discurso e ressaltar que esses dias eu encaminhei uma demanda ao Administrador de Planaltina, o Salgueiro. Ele prontamente fez questão de atender o pedido, e resolveu o problema de uma comunidade que estava lá sofrendo.

Sobre a questão de gestão, vemos muitos administradores como Estevão Reis, Claudeci Xavier, Vilcemar, o Valdeci, de Águas Claras, a Maria Antônia lá do Gama, que realmente estão muitas vezes trabalhando sem condições e fazendo com que as coisas aconteçam na cidade.

Então, quero parabenizar principalmente o nosso Administrador Salgueiro, que vem fazendo um excelente trabalho em Planaltina. Não posso me esquecer do Wilson, de Ceilândia. São pessoas sensacionais. Quando a gente pede as coisas, rapidamente eles vão lá e resolvem o problema.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, temos uma pauta para ser votada e há *quorum* neste momento. Há também o projeto da Defensoria. Não é, Deputado Julio Cesar?

DEPUTADO JULIO CESAR (Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sim. Vamos aproveitar que estamos com 14 Deputados agora – claro, após a fala do Deputado Prof. Israel – para votar os projetos. Depois voltaríamos aos Comunicados de Parlamentares. Estamos preocupados não só com a questão da Defensoria, mas com o pessoal da educação, que também está esperando a votação da indicação. Se continuarmos com os discursos, iremos até 7h da noite e é perigoso não votarmos esses projetos, que são de suma importância.

Fazendo uma correção, eu falei que os defensores tinham feito a faixa, mas eu deixei de falar dos servidores. Quero agradecer aos servidores que fizeram a faixa com bastante carinho. Fica aqui meu apelo e o da Deputada Liliane Roriz para votarmos os projetos que estão na Casa. Posteriormente voltamos à fala dos Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu concordo com o encaminhamento da Deputada Liliane Roriz, mas ele não seria necessário se nós tivéssemos cumprido o acordo inicial, que era respeitar o Regimento. Atravessamos n assuntos.

O aparte e as falas pela ordem – quem sou eu, para ensinar aqui – estão relacionados ao tema em debate. Nas falas pela ordem, está-se falando de a, e começam a falar de z. Se começarmos a tomar mais cuidado com o Regimento, essas intervenções não serão necessárias e o tempo se cumpre.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, V.Exa. presidiu metade da sessão. Se tivesse cumprido o Regimento, conforme eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras falamos aqui no início, todas as falações já teriam terminado e já teríamos adentrado à pauta, que é fundamental.

Vou concordar com essa proposição, mas vou exigir o cumprimento do Regimento. Não é justo, e mais uma vez acontece isto: alguns chegam aqui, falam uma hora, duas horas, saem, e os outros ficam aqui assistindo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Chico Vigilante. Vou limitar a fala. Deputado Prof. Israel, peço a V.Exa. que utilize cinco minutos. Não sei se o Deputado Agaciel Maia ainda está na fala dele.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, eu vou encerrar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos esperar o Deputado Agaciel Maia encerrar, e vou cobrar dos Deputados um pouco mais de celeridade. Acho que é a nossa missão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, para encerrar, em nome do Partido Trabalhista Cristão, parabênizo V.Exa. e desejo muito sucesso nessa nova filiação partidária.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia. Aproveito a oportunidade e agradeço a todos os Parlamentares que estiveram ontem presentes na nossa filiação.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento os servidores da Defensoria que estão aqui, e também os professores que aguardam nomeação e buscam uma solução para o problema que temos vivido em Brasília.

Srs. Deputados, meus colegas, ali em cima estão vários professores, provavelmente mais de cem. Entre os professores que estão ali, nós temos a Professora Vilma, a Professora Lívia, a Professora Iane e o Professor Wendel. O que esses quatro professores têm em comum com a maioria dos que ali estão é que eles fizeram um concurso público para a Secretaria de Educação, não são chamados, e mesmo assim são professores da Secretaria de Educação. Como isso pode acontecer?

A verdade é que muitos professores que estão ali em cima ocupam, como professores temporários, a vaga de professores concursados. É esse o problema muito grave que Brasília está vivendo. Professor temporário só pode ocupar vaga de professores que estão afastados temporariamente. Professor quebrou o braço, professora ficou grávida, você põe o temporário. Professor se aposentou e professor morreu, você tem que colocar um concursado. É assim que funciona. E não ocorre não é por falta de lei, Deputado Bispo Renato Andrade, porque esta Câmara já aprovou leis neste sentido. Existe uma lei aprovada por esta Câmara, de minha autoria, em pleno vigor, porque foi sancionada pelo Governador, que diz: “todo professor aposentado deve gerar em Diário Oficial um professor concursado, nomeado em seu lugar porque é uma vacância definitiva.

Eu quero dar a vocês uma boa notícia: os Deputados são muito sensíveis à causa da educação e, por isso, nós todos assinamos a moção pedindo ao governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

que mudasse as regras daquele edital do último concurso para que pudesse convocar professores aprovados fora do cadastro de reserva.

Nós estamos fazendo isso porque temos flagrante necessidade de professores na rede e nós temos o dever de cumprir uma lei maior, a lei que exige que um professor aposentado seja substituído por um professor concursado. Além dessa moção, todos os Deputados assinaram também indicação.

Esta tem sido uma luta nossa, do Deputado Rodrigo Delmasso e do Deputado Raimundo Ribeiro, porque nós temos visto esta situação e de outros Deputados daqui também como Deputado Prof. Reginaldo Veras porque nós queremos que as leis que esta Casa aprova sejam respeitadas. Essa lei foi aprovada por esta Casa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, permita-me adicionar só mais um argumento. V.Exa. acabou de falar que os professores concursados estão ansiosos e brigando para conseguir aquilo que eles já conseguiram pelo mecanismo normal do concurso. Esses mesmos professores, muitos deles estão como temporários, o que obviamente joga por terra uma desculpa que o governo usou a vida inteira de que o problema é financeiro. O problema não pode ser financeiro, porque, se nós estamos pagando ao professor temporário, que poderia estar na condição de concursado, o custo é idêntico.

Então, acho que é hora de tirarmos esse manto de hipocrisia, patrocinada pelo governo para que as coisas realmente sejam colocadas às claras. Se o Governador, hoje, não gosta de concursado, que venha a público e diga que não quer convocar, mas não fique usando um discurso falacioso de que não tem recursos. Esse discurso serviu nos três primeiros meses de Governo, agora o governo tem que fazer aquilo que é sua obrigação.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Deputado Raimundo Ribeiro, muito obrigado pela sua participação.

Em respeito ao tempo, eu vou agradecer a vocês e desejar-lhes muito sucesso.

Já venceu o tempo, só lhe concedo aparte, Deputado Wasny de Roure, se o senhor for rápido.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, seja muito breve no seu aparte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Prof. Israel, eu tenho acompanhado este debate durante o mês de janeiro todo. Nós tivemos, nessa tratativa junto à Secretaria de Educação, primeiro, 69; depois 159. Depois nós assistimos à posse de 1.400 novos servidores para a Secretaria de Saúde. Inclusive, citei aqui o ocorrido com o Secretário de Saúde e com o Governador na posse desses servidores. Foi uma vaia generalizada.

Quero destacar a procedência, a oportunidade do discurso de V.Exa. A situação é gravíssima, seriíssima. Hoje nós temos mais de 9 mil professores temporários, mais de 9 mil professores temporários! Isso é uma agressão. Temos consciência da importância do professor que se dedica, trabalha e é assíduo. É um desrespeito ao processo seletivo, essa é a grande questão! O que o Deputado Raimundo Ribeiro colocou foi absolutamente correto e perfeito, absolutamente correto e perfeito.

A lei de V.Exa. consolida esta conquista da sociedade – o acesso pleno de professores concursados, que tanto se prepararam para essa tarefa. A protelação é simplesmente uma descaracterização do próprio ato de governar, e isso vem produzindo perdas de recurso, perdas de recurso. Não é economia, é perda de recurso!

Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Obrigado, Deputado Wasny. Assim, acrescento o discurso de V.Exa. ao meu discurso e encerro pedindo-lhes que, quando obtiverem essa vitória, mantenham a mesma garra! Não estamos lutando por vocês, estamos lutando pela educação e pelos estudantes da nossa cidade.

Obrigado, Sra. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Israel.

Eu só queria informar a todos os professores que se encontram na galeria que vamos votar hoje uma moção de apoio a todos vocês e vamos também deixar assinada uma indicação a ser encaminhada ao Governador.

Os dois processos têm peso jurídico muito forte, mas acho que o mais importante é receber o apoio de todos os Deputados que estão aqui e cobrar do Executivo o envio do projeto de lei para que possamos resolver o problema de vocês definitivamente.

Então, contem conosco, pessoal. (Palmas.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero agradecer aos Deputados que estão de acordo com a inversão da pauta.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também abro mão da minha fala em respeito às pessoas que estão na galeria. Vamos votar!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, meu Líder. Só gostaria de dizer aos Deputados que quem quiser falar ainda poderá falar, estamos apenas invertendo a pauta. Entraremos em votação e depois abrirei os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu sei que estamos num momento muito importante, principalmente para a Defensoria Pública, mas não posso deixar de registrar que acabo de voltar de um encontro com o Governador do Piauí, Wellington Dias, que tem uma filha epiléptica.

Nós lhe apresentamos o projeto aprovado nesta Casa que inclui o canabidiol na lista dos medicamentos a serem distribuídos na rede pública. Estamos aguardando a sanção do Governador do Distrito Federal para que possamos ser a primeira unidade da Federação a fazer esse tipo de atendimento.

O que me impressionou, Deputado Prof. Israel e Deputada Celina Leão, foi o Governador do Piauí se comprometer a mandar esse programa à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Ele quer sancionar lá no Estado do Piauí, até o dia 26 de março, Dia Internacional de Conscientização da Epilepsia.

Além disso, ele entregará hoje uma proposta de medida provisória, elaborada por nosso gabinete, ao Ministro Jaques Wagner para que a Presidente Dilma Rousseff implante o Programa Nacional de Atendimento à Pessoa com Epilepsia e inclua, como remédio a ser distribuído pelo Sistema Único de Saúde, o canabidiol.

Quero aqui anunciar que, se isso acontecer, será um grande avanço, uma grande ajuda para os pacientes com epilepsia. Quero parabenizar o Governador do Estado do Piauí, que teve essa sensibilidade e já vai implantar esse programa naquele estado.

Peço ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que sensibilize o Governador Rodrigo Rollemberg quanto a isso. Inclusive, o Governador Wellington Dias disse que vai ligar para ele para que haja sanção desse projeto. O Governador do Piauí acredita que a Capital da República deve sair na frente por ser a capital de todos os brasileiros.

Obrigado, meu Líder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é necessário retificação do Projeto de Lei Complementar nº 5. Eu peço a V.Exa. que seja feito agora na abertura da ordem do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, qual é o projeto? É o PL nº 105?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Projeto de Lei Complementar nº 5.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Chico Vigilante. É o primeiro da lista.

Estão encerrados os Comunicado de Parlamentares.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Em respeito aos professores e aos Deputados, faço um breve comunicado. Sobre o pronunciamento quanto à criação do grupo de trabalho da universidade que nós pretendemos sustar com um PDL, o nosso Líder, Deputado Julio Cesar fez um contato com o Governador, e chegamos ao entendimento de que, durante esta semana, vamos trabalhar para que o governo reveja essa posição. Caso não o faça, na semana que vem, nós daremos prosseguimento à tramitação desse PDL. Agradeço a compreensão de todos os Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a inclusão de dois requerimentos. Um trata da transformação da sessão ordinária do dia 10 de março...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Já tem número, Deputado Chico Vigilante? Já foi numerado?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Já foi protocolado, mas não tem número ainda. É importante fazermos a leitura hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. O Deputado Julio Cesar vai fazer a leitura neste momento. Eu peço que a assessoria de V.Exa. encaminhe os requerimentos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência informa que, antes de iniciarmos as votações da Ordem do Dia, procederemos à retificação de projetos aprovados no final do ano passado, rapidamente.

Retificação de votação: aprovado em primeiro e segundo turnos o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015. Não teve apreciação pela CEOF. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para que a CEOF se manifeste sobre o projeto e sobre a Emenda nº 1, aprovada na CEOF.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

Na ausência do Relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, solicito ao Vice-Presidente, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados parecer da CEOF à Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, ao Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

O parecer é pela aprovação.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A emenda é da CAF, mas o parecer é pela CEOF. Procede?

Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Ratifico a votação do projeto: em primeiro turno, com 24 votos favoráveis e, em segundo turno, com 22 votos favoráveis, bem como sua redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Retificando, a emenda é da CEOF mesmo, não é da CAF. A informação estava errada.

Então, ratifico a votação: em primeiro turno, com 24 votos favoráveis e, em segundo turno, com 22 votos favoráveis.

Retificação da votação: quando houve a aprovação do Projeto de Lei nº 219, de 2015, em primeiro turno, a CCJ se manifestou sobre todos os projetos apensados ao Projeto de Lei nº 219, contudo o projeto foi desapensado e aprovado separadamente, conforme deferimento da Presidência. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da CCJ.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 219, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos restaurantes instalados no Distrito Federal que possuam sistema na modalidade de autosserviço de implantarem nos balcões de alimentação proteção de vidro ou similar e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça apenas sobre o Projeto de Lei nº 219, de 2015.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 219, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos restaurantes instalados no Distrito Federal que possuam sistema na modalidade de autosserviço de implantarem nos balcões de alimentação proteção de vidro ou similar e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não há óbice à aprovação da matéria. Portanto, somos favoráveis ao projeto no âmbito da CCJ.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação, em primeiro turno, com 19 votos favoráveis e, em segundo turno, com 20 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Retificação de votação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 53, de 2015, em primeiro turno. A CCJ deixou de se manifestar sobre o substitutivo do Relator da CPELO. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta, para a ratificação do parecer da CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 53, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dá nova redação ao artigo 117 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Na ausência da Relatora, solicito ao Deputado Bispo Renato Andrade que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. Parecer sobre o substitutivo aprovado pela CPELO.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 53, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dá nova redação ao artigo 117 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Quanto ao substitutivo à PELO nº 53, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, no âmbito da CCJ, somos favoráveis à sua aprovação. Esse é o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno, com 18 votos favoráveis, e, em segundo turno, com 22 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Retificação de votação. Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 413, de 2015, em primeiro turno, a CESC e a CCJ deixaram de se manifestar sobre o substitutivo do Relator da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta, para ratificação do parecer da CESC e da CCJ.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 413, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “estabelece o fornecimento de perucas às pessoas com alopecia provocada pela aplicação de quimioterapia e dá outras providências”.

Solicito ao Relator da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer ao substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 413, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “estabelece o fornecimento de perucas às pessoas com alopecia provocada pela aplicação de quimioterapia e dá outras providências”.

A respeito do substitutivo em pauta, como já havia relatado em outro momento, argumentando a questão de elevação da autoestima das pessoas beneficiadas, voto pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer ao substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 413, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “estabelece o fornecimento de perucas às pessoas com alopecia provocada pela aplicação de quimioterapia e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do substitutivo ao referido projeto de lei. Esse é o parecer, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno, com 16 votos favoráveis, e, em segundo turno, com 18 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Retificação de votação. Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 1.045, de 2012, em segundo turno, a CCJ deixou de se manifestar sobre a Emenda nº 3, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

segundo turno. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta, para retificação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.045, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a alfabetização de empregados, funcionários de empresas que mantêm contrato de serviços com a administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal”.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda nº 3, de segundo turno.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.045, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a alfabetização de empregados, funcionários de empresas que mantêm contrato de serviços com a administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal”.

No âmbito da CCJ, somos pela admissibilidade da Emenda Aditiva nº 3, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação em segundo turno, com 17 votos favoráveis, bem como sua redação final. Parecer sobre a emenda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje de manhã, fiz um exame e, desde cedo, não estou muito bem. Compareci para trabalhar, mas, tendo em vista que já são 18h15min., comunico a V.Exa. que irei sair em função do exame. Não é nada de morrer, não, mas vou ter que me ausentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok, Deputado Chico Vigilante. Obrigado e estimamos melhoras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Retificação de votação. Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 724, de 2012, em primeiro turno, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar manifestou-se apenas sobre a Emenda nº 1, substitutiva. Tendo em vista que se trata de emenda que tem por finalidade substituir o texto original do projeto, declaro, para fins de registro, aprovado o projeto pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, na forma do substitutivo apresentado pela Relatora da Comissão de Assuntos Sociais. Ratifico a votação em segundo turno, com 17 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Retificação de votação. Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 243, de 2015, em primeiro turno, a CEOF e CCJ deixaram de se manifestar sobre as subemendas ao substitutivo. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta, para retificação do parecer da CEOF e da CCJ.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria dos Deputados Ricardo Vale e Wasny de Roure, que “cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – Boleiros e dá outras providências”.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas informar que está faltando o meu nome como autor do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita o parecer da CEOF sobre as Subemendas nºs 2, 3 e 4 ao substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria dos Deputados Ricardo Vale, Wasny de Roure e Julio Cesar, que “cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – Boleiros e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos favoráveis à aprovação da Subemenda nº 2, Modificativa; da Subemenda nº 3 e da Subemenda nº 4, todas de autoria do Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer às Subemendas nºs 2, 3 e 4 ao Substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Subemendas nºs 2, 3 e 4 ao Substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria dos Deputados Ricardo Vale, Wasny de Roure e Julio Cesar, que “cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – Boleiros e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à admissibilidade das Subemendas nºs 2, 3 e 4, ao Substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 243, de 2015.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Ratifico a votação, em primeiro turno, com 21 votos favoráveis e, em segundo turno, com 19 votos favoráveis, bem como a aprovação da redação final.

Retificação de votação: quando da aprovação do Projeto de Lei nº 695, de 2015, em primeiro turno, a Comissão de Constituição e Justiça deixou de se manifestar sobre a emenda aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 695, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, Rafael Prudente, Rodrigo Delmasso e Wasny de Roure, que “dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundos do Tesouro do Distrito Federal na alimentação escolar, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer à Emenda nº 1 ao projeto, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 695, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, Rafael Prudente, Rodrigo Delmasso e Wasny de Roure, que “dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundos do Tesouro do Distrito Federal na alimentação escolar, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à admissibilidade da Emenda Modificativa nº 1.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Ratifico a votação, em primeiro turno, com 19 votos favoráveis, em segundo turno, com 17 votos favoráveis, bem como a aprovação da redação final.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que – na leitura feita não sei se por V.Exa. ou pela Presidenta anteriormente – a Emenda à Lei Orgânica de nossa autoria se refere à PELO nº 53, de 2013, e não de 2015. Eu gostaria que ficasse registrada essa correção, para evitar qualquer dúvida posterior.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Bem observado pelo consciente Deputado Wasny de Roure. Acato e retifico.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado, Excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Próximo item.

Retificação de votação: quando da aprovação do Projeto de Lei nº 380, de 2015, em primeiro turno, a Comissão de Constituição e Justiça deixou de se manifestar sobre o substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Fundiários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal”.

Sr. Presidente, trata-se de substitutivo da Comissão de Assuntos Fundiários que altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à admissibilidade do substitutivo ora dito.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno com 19 votos favoráveis e, em segundo turno, com 19 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Retificação de votação: quando da aprovação do Projeto de Lei nº 1.780, de 2014, em 1º turno, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo deixou de se manifestar sobre o projeto. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para apreciação do parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.780, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “estabelece diretrizes para o Programa DF Limpo e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Rodrigo Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o Projeto de Lei nº 1.780, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “estabelece diretrizes para o Programa DF Limpo e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo desta Casa, com base no art. 69, do Regimento Interno desta Casa, foi instada a dar o parecer ao Projeto de Lei nº 1.780, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “estabelece diretrizes para o Programa DF Limpo e dá outras providências”.

O projeto apresentado pelo Deputado Joe Valle aquiesce-se de mérito, tendo em vista que institui as diretrizes para o Programa DF Limpo com a implementação da efetiva fiscalização e cobrança de multa de pessoas que lançarem, nas ruas, praças, jardins, escadarias e quaisquer áreas e logradouros públicos no âmbito do Distrito Federal, lixo de qualquer natureza como papéis, invólucros, copos, cascas, guimbas, restos e resíduos.

Vale ressaltar que projeto semelhante a esse foi aprovado na cidade do Rio de Janeiro e encontra-se em pleno vigor naquela cidade, e que houve um grande avanço, principalmente para manter a cidade do Rio de Janeiro limpa.

No que se refere ao mérito do referido projeto, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.780, de 2014, do Deputado Joe Valle.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno com 20 votos favoráveis e em segundo turno com 17 votos favoráveis, bem como sua redação final.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Retificação de votação.

Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 726, de 2015, em segundo turno, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deixou de se manifestar sobre as Emendas nºs 6 e 7 de segundo turno. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da CEOF.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre polo atrativo de trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre as Emendas nºs 6 e 7 de segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a emendas ao Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre polo atrativo de trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências”.

Em questão estão a Emenda Modificativa nº 6, de 2015, de plenário, de autoria de vários Deputados; e a Emenda Aditiva nº 7, de 2015, de plenário, também de vários Deputados. As Emendas nº 6 e nº 7 estão aprovadas, no âmbito desta comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação em segundo turno com 19 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Notas técnicas encaminhadas pela Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Durante a elaboração da redação final do Projeto de Lei nº 711, de 2015; do Projeto de Lei nº 1.973, de 2014; do Projeto de Lei nº 342, de 2011; do Projeto de Lei nº 348, de 2011; e do Projeto de Lei nº 61, de 2015, foram detectadas algumas inconsistências que passo a relatar.

1. Projeto de Lei nº 711, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes: incorreção no texto do art. 4º, inciso I, que modifica o art. 4º, inciso XI, da Lei nº 5.021, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“XI – pesquisa, informação, documentação e qualificação em quaisquer segmentos culturais listados neste artigo.”

2. Projeto de Lei nº 1.973, de 2014, de autoria dos Deputados Joe Valle e Chico Leite: incorreção no texto do art. 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O não cumprimento do disposto nesta lei implica multa ao fabricante do alimento ou da bebida, dobrada na reincidência.”

3. Projeto de Lei nº 342, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes: incorreção no texto do art. 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para fazer jus à reserva ou a prioridade das unidades residências localizadas no pavimento térreo para os casos previstos nesta lei, deve o beneficiário ou seu dependente preencher umas das condições (...)”

4. Projeto de Lei nº 348, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula: incorreção no texto dos artigos 19 e 20, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Os estudos e as pesquisas de águas subterrâneas, os projetos e as respectivas obras devem ser realizados por profissionais, empresas ou instituições legalmente habilitados perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA-DF e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU-DF.”

5. Projeto de Lei nº 61, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo:

a) incorreção no texto do art. 3º, incisos V e VI, que passam a vigorar com a remissões às alíneas *a* e *b* do inciso I do art. 55 da mesma lei;

b) incorreção no art. 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Pelo menos 90 dias antes do início do próximo governo, o Poder Executivo deve informar à população do Distrito Federal, no Diário Oficial e, em espaço específico e bem visível, na página oficial do Governo do Distrito Federal, as ações tomadas para assegurar a continuidade na prestação de serviços à população nas áreas de saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento humano e social.”;

c) incorreção no art. 6º, que passa a vigorar com a seguinte redação:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

“Art. 6º. A divulgação das informações a que se refere o art. 5º ocorre no último dia útil dos meses de novembro e de dezembro do ano de pleito eleitoral no Distrito Federal.”

6. Projeto de Lei nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar:

b) incorreção na referência ao Decreto-Lei nº 341, de 20 de setembro de 1993, tendo em vista que o referido decreto não faz parte do ordenamento jurídico brasileiro, retirada do texto do projeto.

7. Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal:

a) incorreção no art. 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A carreira de apoio à assistência judiciária de que trata a Lei nº 4.516, de 25 de outubro de 2010, cuja estrutura é alterada de acordo com esta lei, fica reorganizada nas carreiras de apoio jurídico e apoio especializado, em quadro próprio, e de apoio administrativo, de cargo específico; e em cargos isolados de atividade de assistência jurídica, em quadro em extinção, da Defensoria Pública do Distrito Federal.”

b) incorreção no art. 8º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A carreira de atividade administrativa de assistência jurídica, em quadro especial, de cargo específico com a nomenclatura de gestor de gestão administrativa, fica organizada em níveis e classes, com início em nível fundamental e com final em nível superior, conforme tabela de remuneração constante do Anexo III.”;

c) incorreção no art. 12, § 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os servidores e os empregados públicos da administração direta e indireta do Distrito Federal que estejam cedidos ou redistribuídos à Defensoria Pública, em efetivo exercício mediante regime de opção, conforme Anexo IV, passam a integrar o quadro especial ou o quadro em extinção, ficando mantidos os direitos e as vantagens.”;

d) os anexos I e II apresentados pela emenda foram incluídos como Anexos III e IV, respectivamente, já que não é sua intenção substituir os anexos do projeto original;

e) no Anexo III, a coluna da esquerda, com direção vertical, foi alterada para conter a designação do cargo específico “gestor de gestão administrativa”, consoante o art. 8º, parágrafo único.

Neste sentido, conforme o disposto no art. 205 do Regimento Interno, submeto as alterações ao Plenário. (Pausa.)

Não havendo impugnação das alterações, declaro-as aprovadas.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Item nº 141:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 34, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o § 2º do artigo 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

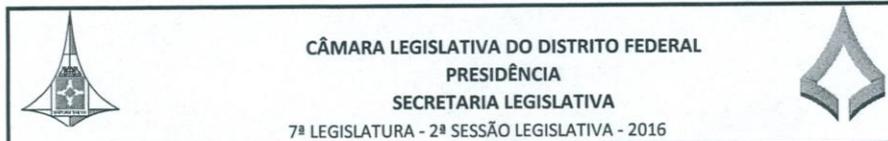
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 34/2015 DATA: 23/02/2016
AUTORIA: (X) VÁRIOS DEPUTADOS
TURNO: 1º () 2º (X) RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT				1		
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT				1		
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa. Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 34, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “dispõe sobre a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescentando artigo e revogando o § 2º do artigo 111 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 20:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 473, de 2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do profissional de educação física, devidamente habilitado, no sistema de ensino do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Bispo Renato Andrade que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto total ao Projeto de Lei nº 473, de 2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do profissional de educação física, devidamente habilitado, no sistema de ensino do Distrito Federal”.

O projeto prevê a criação de despesa de caráter continuado, que ensejaria em cumprimento dos arts. 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público. Art. 15, não houve comprovação de que essa exigência tenha sido cumprida pelos documentos enviados pelo Poder Executivo.

Essas são as informações que julgamos necessárias para a deliberação desta Casa sobre o veto da causa. Esse é o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Em votação.

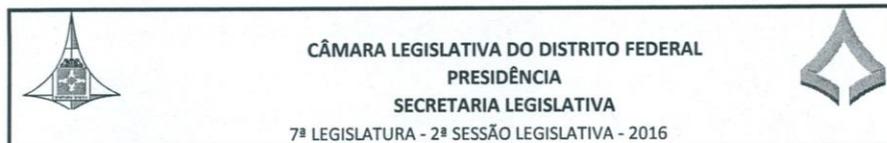
Os Deputados que votarem “sim” estarão mantendo o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	54



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 473/2007			DATA: 23/02/2016					
AUTORIA: DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES			() PODER EXECUTIVO					
RELATOR: DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT				1		
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT				1		
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNÝ DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO (X)	REJEITADO ()
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 473, de 2011. A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solicitar, até em homenagem aos defensores e aos servidores da Defensoria Pública, que votemos de imediato o veto, sem deixar de enaltecer o papel do Dr. Ricardo à frente da Defensoria Pública, pelo excelente trabalho que está desempenhando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Bispo Renato Andrade, o próximo item da pauta é o veto ao projeto da Defensoria.

Quero retificar: o projeto cujo veto foi mantido é o Projeto de Lei nº 473, de 2007.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos demais vetos da Ordem do Dia e votarmos as proposições da pauta e os itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia.

Consulto também os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.)

Havendo acordo, solicito ao Secretário que proceda à leitura dos próximos itens para votação em bloco.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 148:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 277, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta solidariedade a todos os filhos e filhas de Santo, Babalorixás e Yalorixás, em especial os do Distrito Federal e Entorno que vêm sendo vítimas de intolerância religiosa”.

Item nº 149:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 278, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor pelos 52 anos da Igreja Metodista na Asa Norte da 406”.

Item nº 150:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 279, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, "moção de aplausos parabenizando a Poetiza MUNA AHMAD, pelo lançamento do livro 'MUXARABI'".

Item nº 151:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 280, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta apoio às reivindicações do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal".

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 282, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta apoio à nomeação de enfermeiros do trabalho da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal".

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 283, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta louvor a atuação da Polícia Civil do Distrito Federal na prisão de um homem considerado um dos 20 mais perigosos do Ceará".

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "manifesta votos de congratulações ao senhor Mizael Conrado de Oliveira pela trajetória de sucesso e superação que desempenha no âmbito do Distrito Federal".

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 285, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de Louvor e parabeniza mestres, professores e atletas de Artes Maciais do Distrito Federal que colecionam histórias de sucesso no Brasil e no mundo".

Item nº 156:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 286, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta louvor ao BRB pela segunda conquista consecutiva do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça".

Item nº 157:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 287, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta louvor à publicação Taguatinga Exige Respeito, pelo Movimento Taguatinga Unida-MOVITU".

Item nº 158:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 288, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta louvor a atuação do Pastor José



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

Dionísio em sua atuação junto ao Conselho de Pastores de Samambaia e organização do tradicional Café da Manhã”.

Item nº 159:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 289, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza mestres, professores e atletas de artes marciais do Distrito Federal que colecionam histórias de sucesso no Brasil e no mundo”.

Item nº 160:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 290, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta Louvor à ação solidária, promovida pela Legião da Boa Vontade – LBV, voltada a beneficiar os municípios atingidos pelos rompimentos da barragem de Samarco no Distrito de Bento Rodrigues, zona rural a 23 quilômetros de Mariana- MG”.

Item nº 161:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 291, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor à realização do curso para síndicos, porteiros e encarregados, promovido pelo Conselho Comunitário de Segurança do Sudoeste e Octogonal”.

Item nº 162:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 292, de 2015, de autoria da Frente Parlamentar Evangélica, que “manifesta repúdio ao Governo do Distrito Federal pela falta de apoio aos eventos culturais gospel no Distrito Federal, por parte da Secretaria de Cultura”.

Item nº 163:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 293, de 2015, de autoria da Frente Parlamentar Evangélica, que “manifesta repúdio do Governo do Distrito Federal à ação de derrubadas de igrejas e templos religiosos, por parte da Agência de Fiscalização do Distrito Federal- AGEFIS”.

Item nº 164:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 294, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor à equipe de basquetebol em cadeira de rodas do Centro de Ensino Especial 1 de Planaltina, por serem os vencedores da 1ª Copa Centro/Sul/Sudoeste de Basquete em Cadeira de Rodas em 2015”.

Item nº 165:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 295, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza mestres,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

professores e atletas de artes marciais do Distrito Federal que colecionam histórias de sucesso no Brasil e no mundo”.

Item nº 166:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 296, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “confere Menção Honrosa a João Victor Pereira, aluno regularmente matriculado no Centro de Ensino Fundamental 1 de Planaltina (DF), 5º colocado na modalidade Futebol 7, nos Jogos Escolares Paralímpicos, etapa nacional, realizados em Natal – RN”.

Item nº 167:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 297, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “confere Menção Honrosa a Adrielly de Jesus Rangel, aluna regularmente matriculada no Centro de Ensino Médio 2 de Planaltina (DF), vencedora dos 100 e 400 metros e vice-campeã dos 1.500 metros, na modalidade de atletismo, nos Jogos Escolares Paralímpicos, etapa nacional, realizados em Natal – RN”.

Item nº 168:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 298, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “confere Menção Honrosa a Antônio João Veloso, aluno regularmente matriculado no Centro de Ensino Fundamental 1 de Planaltina (DF), 5º colocado na modalidade Futebol 7, nos Jogos Escolares Paralímpicos, etapa Nacional, realizados em Natal – RN”.

Item nº 169:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 299, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “confere Menção Honrosa a Thiago Araújo Pereira, aluno regularmente matriculado no Centro de Ensino Fundamental 1 de Planaltina (DF), 2º colocado na corrida de 100m rasos, na modalidade de atletismo, nos Jogos Escolares Paralímpicos, etapa Nacional, realizados em Natal – RN”.

Item nº 170:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 300, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “confere Menção Honrosa à Professora Fátima de Castro do Amaral, da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, pelo trabalho que vem realizando com seus alunos do Projeto CID Paralímpico”.

Item nº 171:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 301, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “confere Menção Honrosa à Professora Maria Del Pilar Tobar Acosta, Mestre em Língua Portuguesa e ganhadora dos Prêmios Professores do Brasil e Heroínas Sem Estátua – Conhecimento a partir das Mulheres, lotada no Centro de Ensino Médio 1 (Centrão), em São Sebastião”.

Item nº 172:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 302, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “hipoteca aos credores do Governo do Distrito Federal por atuação na área de cultura”.

Item nº 173:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 303, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “apresenta moção de louvor ao Sr. Jornalista Fernando Tolentino de Souza Vieira, pela sua destacada gestão como Diretor Geral da Imprensa Nacional ao longo de doze anos e dez meses”.

Item nº 174:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 304, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “apresenta os cumprimentos à nova diretoria da Associação dos Policiais da Polícia Militar do Distrito Federal, que foi eleita em 22 de novembro de 2015 para presidir a associação por um mandato de quatro anos”.

Item nº 175:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 305, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os procuradores da República que atuam na investigação denominada Operação Lava Jato, pelos relevantes serviços prestados à população brasileira no combate à corrupção e realização da justiça”.

Item nº 176:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 306, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “parabeniza Dra. Gilcilene Maira dos Santos El Chaer, Presidente do Conselho Regional de Farmácia, pelos relevantes trabalhos em prol da categoria farmacêutica, bem como pelo recebimento do Prêmio Mérito Nacional Farmacêutico de 2015”.

Item nº 177:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 307, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “parabeniza a Dra. Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, pelos relevantes trabalhos no desenvolvimento das teorias biológicas sobre o envelhecimento humano”.

Item nº 178:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 308, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “apresenta moção de louvor à Rede Record de Televisão e ao seu Diretor Geral Luís Cláudio da Silva Costa, pela iniciativa e consequente sucesso da teledramaturgia Os Dez Mandamentos”.

Item nº 179:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 309, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “manifesta moção de pesar pelo falecimento do Sr. José Beni Monteiro Oliveira, ocorrido no dia 7 de fevereiro do corrente ano”.

Item nº 180:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 310, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de louvor e regozijo a cada uma e cada um dos Policiais Civis Aposentados do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal”.

Item nº 181:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 311, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os ex-Conselheiros do CREF 7/DF – Conselho Regional de Educação Física, pelo relevante serviço social prestado”.

Item nº 182:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 312, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor ao Metro Jornal pelo Prêmio Engenho, recebido em dezembro de 2015”.

Item nº 183:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 313, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor pelo encontro do Papa Francisco com o patriarca da Igreja Russa Ortodoxa Kirill, ocorrido em Havana, Cuba”.

Item nº 184:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 314, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Ceilândia Sul – DF pela realização do 31º CHAMEPE – Chamada para Avivamento de Mocidades Evangélicas Pentecostais, nos dias 6, 7, 8 e 9 de fevereiro de 2016”.

Item nº 185:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 315, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “apresenta os cumprimentos à nova diretoria da Associação dos Policiais da Polícia Militar do Distrito Federal, que foi eleita em 22 de novembro de 2015 para presidir a associação por 4 anos”.

Item nº 186:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 316, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta protesto pelas mudanças administrativas feitas pela SES/GDF que acarretaram grande transtorno para os usuários do sistema de saúde em Planaltina, especialmente na casa do diabético, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

em 2015, por diversos problemas gerados pela reestruturação, deixou centenas de pacientes sem atendimentos”.

Item nº 187:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.297, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 25 de fevereiro de 2016 em comissão geral para debater os temas relacionados sobre o Zica Vírus e a Microcefalia no Distrito Federal”.

Item nº 188:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.317, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “requer a realização de audiência pública no dia 29 de fevereiro de 2016 às 10h, no plenário da Câmara Legislativa”.

Item nº 189:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.358, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública, no plenário desta Casa, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2016, às 19 horas, para debater questões relacionadas às doenças raras e o lançamento da Frente Parlamentar de apoio às doenças raras no Distrito Federal”.

Item nº 190:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.293, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “requer a retirada do requerimento nº 560/15”.

Item nº 191:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.294, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “requer a retirada do requerimento nº 636/15”.

Item nº 192:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.390, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública para discutir o alcoolismo que vem atingindo crianças e adolescentes em nossa Capital, a se realizar no dia 26 de 10 de 2016”.

Item nº 193:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.391, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a realização de audiência pública para debater a situação da via DF-001, que liga o Balão do Colorado ao Lago Oeste”.

Item nº 194:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.424, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

audiência pública no dia 28 de abril, às 10 horas, para discutir sobre a implantação do Parque Prainha, na Região Administrativa do Gama – RA II”.

Item nº 195:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.425, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública no dia 16 de março, às 19 horas, para discutir sobre os desafios da Política Habitacional do Distrito Federal”.

Item nº 196:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.426, de 2016, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que “requer a realização de audiência pública com o fim de debater as Organizações Sociais na saúde pública do Distrito Federal”.

Item nº 197:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.442, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “requer a realização de audiência pública no dia 11 de março de 2016, às 19h, no Plenário, para discutir as formas de ingresso nas creches públicas do DF e se esses critérios estão sendo respeitados”.

Item nº 198:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.444, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública no dia 31 de março, às 19 horas, para debater sobre o fortalecimento do Ensino Especial no Distrito Federal”.

Item nº 199:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.445, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública no dia 18 de abril, às 15 horas, para debater sobre melhorias das estruturas dos Conselhos Tutelares”.

Item nº 200:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.446, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública no dia 30 de maio, às 15 horas, para debater sobre a implantação da política de valorização do transporte individual de Passageiros (taxistas)”.

Item nº 201:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública no dia 4 de março de 2016, no Plenário desta Casa, para debater a questão de gênero e o empoderamento da mulher negra”.

Item nº 202:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.459, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 3 de março de 2016 em comissão geral para debater o direito dos permissionários de áreas públicas e mobiliários urbanos em locais de parceria público-privada”.

Item nº 203:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.463, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “requer a realização de audiência pública no dia 17 de março de 2016, às 19 horas, no plenário desta Casa, para debater sobre a importância da consultoria ambiental para a regularização fundiária do Distrito Federal”.

Item nº 204:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.466, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 29 de fevereiro de 2016, às 15h, para debater a precariedade do sistema socioeducativo do Distrito Federal”.

Item nº 205:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater diagnósticos e apresentar soluções visando à recuperação ambiental do Ribeirão Sobradinho”.

Item nº 206:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.476, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 10 de março de 2016, às 10h, para definir linhas para a aplicação do Art. 93 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Item nº 208:

Discussão e votação, em turno único, da Mensagem nº 285, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 34/15”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.485, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a transformação da sessão ordinária de 10 de março de 2016 em comissão geral para debater o preço dos combustíveis no Distrito Federal”.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.486, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a transformação da sessão ordinária de 2 de março de 2016 em comissão geral para debater o orçamento para o esporte na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.488, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “requer a realização do Câmara em Movimento Universitária no auditório do Campus da Universidade de Brasília”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.431, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a realização de audiência pública, em data a ser definida posteriormente, no plenário desta Casa, para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Diagnóstico, Tratamento e Prevenção do Câncer”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 322, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio aos aprovados em concurso público no âmbito do Distrito Federal, no sentido do envio pelo Governador de projeto de lei a esta Casa para sanar vícios de iniciativa de lei anterior”.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 16 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Quero agradecer aos professores temporários. Foi aprovada aqui a indicação para o Poder Executivo, conforme nós tínhamos acertado no Colégio de Líderes. Obrigado pela presença de vocês. Parabenizo todos os Deputados que ficaram aqui até o final, para podermos aprovar as proposições.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 648, de 2015, do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016”.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório: no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o relatório sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 648, de 2015, do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016”, é para fazer justiça a esses nobres procuradores e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Com a Mensagem nº 361, de 30 de dezembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa o motivo do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 648, de 2015, do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016”.

A proposição em comento foi aprovada com alterações. Na sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o § 2º do art. 8º foi inserido com o objetivo de disciplinar limite para ajustes orçamentários no Anexo de Metas e Prioridades constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Entretanto, o anexo não contempla dotações orçamentárias, mas somente as metas fiscais para os programas de trabalho. Diante da ineficácia e inaplicabilidade do referido dispositivo, foi necessário vetá-lo.

Vetou também algumas emendas realizadas pela relatoria parcial nas programações orçamentárias, a fim de recompor a reserva de contingência ao valor mínimo de 1% da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 32 da Lei nº 5.514, de 2015.

Por fim, informa que foi necessário vetar uma emenda do relator geral, por motivo técnico de incompatibilidade entre a esfera e a unidade orçamentária especificada.

São essas as informações que achamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Adiantando o meu voto, nós queremos que seja, logicamente, derrubado esse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de um parecer emitido pelo Governador sobre o PL que tramitou aqui nesta Casa. Naturalmente, nas várias proposituras dessa natureza que têm tramitado aqui na Casa, há um processo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

empoderamento da instituição, pelo papel que ela representa. E aqui eu quero declarar o meu apoio, em função da atribuição que essa instituição tem e por aquilo que tem acompanhado em várias demandas da comunidade, que têm feito do nosso mandato o intermediário desse processo.

Portanto, em respeito àqueles que têm trabalhando para o bem, sobretudo do segmento mais excluído da sociedade, o nosso voto também vai ser pela derrubada do veto oposto pelo Sr. Governador aos dois incisos, de dois artigos. Se não em engano, art. 9º e art. 21.

Assim, eu até sugiro, Sr. Presidente, que encaminhe a votação em conjunto, para que façamos uma única votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho um compromisso e gostaria que nós deixássemos as declarações de voto para um segundo momento. Votamos primeiro e, depois, abrimos aos Deputados para declaração de voto, porque eu não quero sair da Casa sem votar esse projeto, que é muito importante para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Acato o encaminhamento da Deputada Celina Leão. Informo ao Plenário que procederemos, primeiramente, à votação do anexo único referente às Emendas nºs 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, bem como a nº 691.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou apenas reforçar o encaminhamento feito pelo Deputado Wasny de Roure para que a votação seja conjunta, pois assim ganhamos tempo. É regimental, é possível. Vamos fazer isso, até em razão do tempo mencionado pela Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Acato a solicitação de V.Exa.

Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



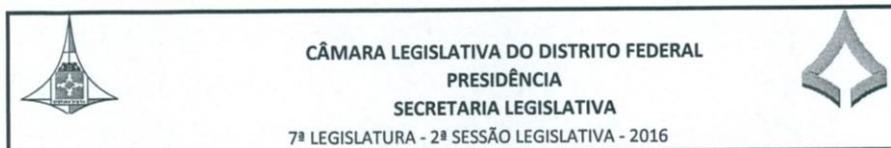
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	68



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 648/2015						DATA: 23/02/2016		
VETO PARCIAL AO ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 648/2015 RERERENTE ÀS EMENDAS Nºs 673 A 687 E À EMENDA Nº 691.								
AUTORIA:						(X) PODER EXECUTIVO		
RELATOR: DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT				1		
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB		1				
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
12	PROF. ISRAEL	PV		1				
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1				
16	RICARDO VALE	PT				1		
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				X
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PDT		1				
RESULTADO			0	17	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, o Deputado Wasny de Roure está solicitando o uso da palavra. Enquanto V.Exa. liga o microfone de S.Exa., eu quero pedir a orientação do meu Líder, o Deputado Bispo Renato Andrade, porque agora eu mudei de Líder.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Seja bem-vindo à Oposição, Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para terminarmos de fazer o dever de casa, temos de votar também o PLC nº 27, de 2015. Quero deixar minha declaração de voto para depois que votarmos esse PLC.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu cometi um equívoco na minha fala anterior, que eu queria corrigir.

Neste momento, o que estamos apreciando são os vetos do Governador à Lei Orçamentária. Inclusive, eu fui o relator que propôs essas emendas. Então, eu cometi um equívoco, entendendo que estávamos apreciando o PLC nº 27. Portanto, quero apenas confirmar meu voto, agora, sim, entendendo, de fato, o que eu teria votado.

Item extrapauta:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências”.

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	70



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 1, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2015, que "Altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 9/2016-GAG, de 07 de janeiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 74-80.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o art. 9º, inciso II e art. 21, inciso III, confrontam o estabelecido pelo art. 58 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sobrepondo-se à competência definida para a Câmara Legislativa do Distrito Federal para dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação dos vencimentos ou aumento de sua remuneração.

Complementarmente, no art. 9º do projeto em tela, em seu parágrafo único, verifica-se incompatibilidade com o disposto no art. 132 da Constituição Federal, no que diz respeito às atribuições dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal para a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Por fim, a alteração proposta no art. 22, § 3º, cerceia, por completo, o direito de escolha outorgado ao Chefe do Poder Executivo, impondo um prazo para a tomada de decisão que não encontra respaldo sob qualquer perspectiva de análise constitucional.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	72



VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2015		DATA: 23/02/2016						
Onde faz referência ao art. 9º, veto ao inciso II e parágrafo único; onde faz referência ao art. 21, veto ao inciso III; e onde faz referência ao art. 22, veto ao §3º da Lei Complementar nº 908/2016.								
AUTORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL () PODER EXECUTIVO								
RELATOR: DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT				1		
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1				
7	JUAREZÃO	PRTB		1				
8	JULIO CESAR	PRB		1				
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1				
10	LIRA	PHS		1				
11	LUZIA DE PAULA	REDE		1				
12	PROF. ISRAEL	PV				1		
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1				
16	RICARDO VALE	PT				1		
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PDT		1				
RESULTADO			0	16	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
16	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários e 8 ausências.

Fica rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 24, de 2016, da Mesa Diretora, que “estabelece regras relativas à carência no Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Solicito ao Deputado Rafael Prudente que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 24, de 2016, da Mesa Diretora, que “estabelece regras relativas à carência no Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Não havendo óbice quanto à constitucionalidade, o parecer da CCJ é pela aprovação e pela admissibilidade do projeto de resolução.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Resolução nº 24, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 02 2016	15h55min	8ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 24, de 2016, da Mesa Diretora, que “estabelece regras relativas à carência no Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h19min.)